

ADRIANO DONIN NETO

**A CIDADE DAS MENINAS INVISÍVEIS: CARTOGRAFIAS DE
GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES DA CIDADE DE
FLORIANÓPOLIS/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre Em Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Orientadora: Prof.^a Dra. Magda do Canto Zurba.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Tatiana Marcela Rotta.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Donin Neto, Adriano

A cidade das meninas invisíveis : cartografias de gênero nos espaços públicos livres da cidade de Florianópolis/SC / Adriano Donin Neto ; orientadora, Magda do Canto Zurba, coorientadora, Tatiana Marcela Rotta, 2018.

95 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

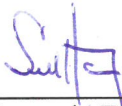
1. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 2. Infância. 3. Cidade. 4. Gênero. 5. Lazer. I. Zurba, Magda do Canto. II. Rotta, Tatiana Marcela . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. IV. Título.

ADRIANO DONIN NETO

**A CIDADE DAS MENINAS INVISÍVEIS:
CARTOGRAFIAS DE GÊNERO NOS ESPAÇOS
PÚBLICOS LIVRES DA CIDADE DE
FLORIANÓPOLIS/SC**

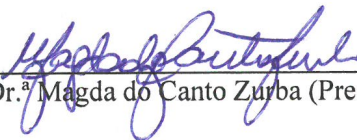
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial”, e aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, UFSC.

Florianópolis, 30 de Novembro de 2018.

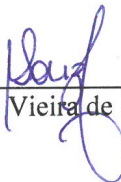


Prof. Dr. Sérgio Fernando Torres de Freitas
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof.ª Dr.ª Magda do Canto Zurba (Presidente)



Prof.ª Dr.ª Simone Vieira de Souza (Membro)



Prof.ª Dr.ª Denise Cord (Membro)

AGRADECIMENTOS

Agradecer de coração aberto é também ato de coragem, ser grato e reconhecer que não se constrói nada sozinho é andar na contramão das forças que pregam a individualização da vida e desconsideram qualquer exercício de empatia e alteridade com o outro.

Sou grato à minha família, não por força do hábito ou das obrigações, mas por considerar que há espaço para o amor mesmo dentro das contradições. Todos me apoiaram - a seu modo - na minha escolha louca de me mudar sozinho para Florianópolis e fazer um Mestrado em Saúde Mental. Mãe, pai, mana, mano, obrigado.

Agradeço à minha companheira Marina, que suportou dois anos de distâncias (idas e vindas), sem contar o seu apoio e acolhimento nas minhas loucuras - na montanha russa que é ser mestrando e ser eu. Com amor, obrigado.

A minha orientadora Magda do Canto Zurba que teve a coragem de acolher meu projeto em um momento difícil da minha caminhada.

A minha coorientadora Tatiana Rotta, que mesmo em tempos conturbados arrumou um tempinho para fazer uma sugestão valiosa aqui e ali no meu trabalho.

A mulher que muito afetivamente cuidou da minha saúde mental durante a estadia deste artista mambembe, e de ouvidos e coração muito apurados presenciou o tempo de construção dessa escrita, obrigado Chris.

Sou grato aos amigos de Porto Alegre e aos outros que já estão em outros lugares do Brasil, do Planalto Central à Fronteira. Uma visita e um conselho distante sobre o trabalho nos intervalos que a vida deixava eram sempre um lenitivo e um abrigo.

Agradeço a toda trabalhadora e trabalhador da UFSC, da secretaria do mestrado (grato Karina), da limpeza, do RU, da BU, os professores das disciplinas (especialmente ao João), das bancas, etc. obrigado a todas e todos que batalham e defendem uma Universidade Pública, acolhedora e amorosa.

Especialmente grato as crianças que ainda resistem e insistem na rebeldia de ocupar a cidade e que me fizeram sentir à vontade compartilhando os mesmos espaços. Dedico este trabalho àquelas que têm esse direito negado.

Por fim, agradeço a esta parte insistente de mim mesmo, esta força que só é e só existe na relação com esses outros a quem sou grato, a quem amo, pela resistência possível e necessária em tempos difíceis. Abrem-se novos ciclos e novas batalhas e nelas espero que possamos estar juntos.

Gente que mantém
pássaros na gaiola
tem bom coração
Os pássaros estão a salvo
de qualquer salvação
(Leminski, 2013)

RESUMO

A Cidade é um espaço não formal de educação para as crianças. O lazer urbano e as práticas lúdicas são ferramentas do desenvolvimento crítico e de humanização e são direitos que devem ser contemplados na política pública urbana. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar os modos de uso dos Espaços Públicos Livres pelas crianças na cidade de Florianópolis/SC, relacionando aspectos de gênero e idade. A pesquisa utilizou-se do método cartográfico, uma metodologia baseada na ideia da prática geográfica de acompanhamento de processos em curso. Os dados foram obtidos a partir dos diários de campo compostos no deslocamento do pesquisador pela cidade. Foram observados um total de 81 equipamentos de lazer para a infância espalhados por 19 Bairros da Cidade e contabilizadas 210 crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos. No que tange o gênero, 147 (70%) eram do gênero Masculino e 63 (30%) do gênero Feminino. Considerando menor índice da presença de meninas nos Espaços Públicos de Lazer foi feita uma distinção de gênero por faixa etária para saber se esta proporção permanecia. Na faixa etária de 0 a 6 anos, num total de 69 crianças, 38 (55,1%) eram do gênero Feminino e 31 (44,9%) do gênero Masculino. Entre 6 e 12 anos, num total de 67 crianças, apenas 12 (17,9%) eram do gênero Feminino enquanto 55 (82,1%) eram do gênero Masculino. Já na faixa etária de 12 a 18 anos, num total de 74 adolescentes, apenas 13 (17,6%) eram do gênero Feminino, e 61 (82,4%) do gênero Masculino. A invisibilidade e baixa presença das meninas nesses locais, na presente pesquisa, parecem ser marcas da opressão de gênero. Concluiu-se que a intersecção do gênero (feminino) e geracional (crianças e adolescentes), pode ser suficiente para a perda desse direito de lazer em espaços públicos. Tendo isso em vista, é preciso pensar em estratégias de políticas públicas que considerem essa particularidade.

Palavras-chave: Infância. Cidade. Gênero. Espaços Públicos Livres. Lazer.

ABSTRACT

The city is a non-formal place of education for children. Urban leisure and recreational practices are tools for critical development and humanization and are rights that should be contemplated in urban public policy. Thus, the present study aimed to characterize the uses of Public Open Spaces by children in the city of Florianópolis/SC, by gender and age. The research used the cartographic method, a methodology based on the idea of geographical practices for monitoring ongoing processes. Data was obtained from the field journals that registered the researcher's movement around the city. A total of 81 recreational equipments for childhood were observed in 19 neighborhoods of the city and 210 children and teenagers aged 0 to 18 years were counted. Regarding the gender, 147 (70%) were male and 63 (30%) were female. Considering a lower presence of girls in the Public Open Spaces, a gender distinction was made by age group to determine if this proportion remained. In the age group 0-6 years, from a total of 69 children, 38 (55.1%) were female and 31 (44.9%) were male. Between 6 and 12 years of age, from a total of 67 children, only 12 (17.9%) were female while 55 (82.1%) were male. In the age group of 12 to 18 years, from a total of 74 adolescents, only 13 (17.6%) were female and 61 (82.4%) were male. The invisibility and low presence of the girls in these places, in this research, seemed to result from gender oppression. It was concluded that the intersection of gender (feminine) and generation (children and adolescents), can be determinant for the loss of the right of leisure and occupying Public Open Spaces. It is necessary to formulate public policy's strategies that consider this particularity.

Keywords: Childhood. Gender. Public Open Spaces. Leisure.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estruturas Públicas de Lazer para a Infância observadas.....	55
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Presença em percentual dos Equipamentos de Lazer Públicos para a Infância Observados por Bairro	56
Gráfico 2 - Presença em percentual das Crianças e Adolescentes de acordo com a Faixa Etária.....	58
Gráfico 3 - Comparação de percentual das Crianças e Adolescentes do gênero Masculino e Feminino de acordo com a Faixa Etária.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOCANTO – Associação dos Moradores do Canto da Lagoa

EPL – Espaço Público de Lazer

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

MOPU – Ministério de Obras Públicas y Urbanismo

SC – Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Objetivo Geral	22
1.1.1 Objetivos Específicos	22
2 REVISÃO TEÓRICA	23
3 PERCURSO METODOLÓGICO	27
4 MANUSCRITO	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	88
ANEXO A	91

1 INTRODUÇÃO

Início a introdução desse trabalho com o intuito de explicar ao leitor quais foram os dilemas iniciais e de onde nasceu o desejo de iniciar a pesquisa no tema escolhido. Para isso pretendo dizer brevemente quais caminhos já foram percorridos pois são estes que tentam explicar a razão de iniciar esta pesquisa e quais as questões/problemas que buscamos desvendar.

Durante minha caminhada profissional como professor de Educação Física, atuei em diferentes instituições que trabalhavam com a infância, tanto na Educação, Saúde e Assistência Social. Nelas pude perceber e pesquisar sobre (DONIN NETO, 2013) a institucionalização da criança e do adolescente, e a dificuldade de se produzir práticas de maior autonomia e liberdade - o tema da institucionalização da infância será tratado mais adiante no texto. Este era um tema que me instigava a uma reflexão mais aprofundada, e por esse motivo enviei um projeto como proposta de pesquisa ao Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da UFSC. Entretanto, após uma série de desdobramentos, caminhos e descaminhos como mestrando - e após uma importante conversa de orientação - optamos por lançar o olhar em outra direção. Os dilemas eram os mesmos, mas ao invés das instituições, escolhemos o revés, escolhemos a Cidade e os Espaços Públicos Livres, olhar para fora das instituições, reconhecendo a criança como sujeito social que tem o direito de circular e intervir na cidade.

Para tal precisávamos escolher um modo de fazer essa aproximação, um modo aberto e com possibilidades de invenção, visto que ainda não sabíamos exatamente o que encontraríamos na cidade e quais novas perguntas surgiriam desse encontro, neste sentido, o método cartográfico foi nosso aliado nesse processo - tal percurso metodológico será melhor detalhado no capítulo 3.

Por fim, cabe ressaltar que desde a qualificação do projeto optamos por elaborar como Trabalho de Conclusão de Curso, um escrito em forma de artigo e não uma dissertação “clássica”, visto que os Mestrados Profissionais, de acordo com a Portaria Normativa nº17, de 28 de Dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), possibilitam outras formas de trabalho de conclusão como: artigos originais, artigos de revisão da literatura e publicações tecnológicas, dentre outros. Tal escolha se deu tendo em vista o objetivo de publicizar e ampliar o acesso do conhecimento produzido no mestrado.

O artigo resultante da presente pesquisa será submetido à Revista Periódicus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e

Sexualidade, está incluído no capítulo 4 e formatado de acordo com as Normas e Diretrizes da Revista (Anexo A).

Os capítulos que seguem, anteriores ao artigo, servem de subsídio para uma compreensão mais ampliada dos objetivos, materiais teóricos e caminhos que foram base para a construção do mesmo, ou seja, o formato da presente escrita não segue um padrão “clássico”.

1.1 OBJETIVO GERAL

Realizar um estudo sobre os modos de uso dos Espaços Públicos Livres pelas crianças na cidade de Florianópolis/SC.

1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Relacionar os modos de uso da cidade pelas crianças a aspectos de gênero e idade;

Contribuir na ampliação do conhecimento sobre Espaços Públicos Livres, Lazer, Infância e Gênero por meio da publicação de um artigo científico decorrente do estudo.

2 REVISÃO TEÓRICA

Parte do referencial teórico está incluso no manuscrito (capítulo 4), entretanto, outra parte foi utilizada para dar arcabouço teórico na aproximação de campo e justificar a pesquisa. Para tal, os principais caminhos que seguimos foram: compreender melhor a discussão sobre Cidade contemporânea e Espaços Públicos e/ou Urbanos, além de buscar pesquisas que tratassem do tema da interação social das crianças com os mesmos.

Uma das referências iniciais da presente pesquisa sobre cidade foi a da “cidade-empresa, cidade-mercadoria ou cidade-espetáculo”, ou seja, a cidade entregue a quem entende de negócios (COSTA, 2010, p.157).

De acordo com essa perspectiva, os modos de uso dos espaços públicos tradicionais nas cidades deixariam de ser o local central de sociabilidade e de construção social dos seus habitantes, visto a importância cada vez maior da mobilidade e da velocidade nas formas de organização da sociedade, em detrimento do habitar, somados a valores de consumo e descartabilidade (HARVEY, 2007).

Para Costa (2010), as exigências de acumulação da fase atual do capitalismo têm lógicas e estratégias na produção do espaço impostas pela escala mundial que se realizariam através do discurso da *gestão urbana empresarial* e da *competitividade*. Esta gestão da cidade construiria discursos e práticas de administração cada vez mais preocupadas em fixar uma imagem publicitária que venda o seu produto-cidade. A cidade é tida, então, como um grande negócio, a ser administrado como empresa, e deixa de ser vista como um espaço legítimo da política.

Neste caminho, Guy Debort (1997) introduz o conceito de “espetacularização da vida”. Para o autor, o homem deixaria de participar ativamente da construção dos destinos da cidade em que vive para consumi-la como espetáculo, sendo assim, os espaços livres também passariam a ser produtos de consumo alienado e passivo, nada mais do que imagem de espetáculo. Sennet (1998) vai mais fundo e associa o desinteresse pelo espaço público ao declínio do homem público. O homem moderno teria se tornado passivo, intimista e individualista, e tal fato o levaria a um rompimento do compromisso com a sua cidade.

A sociedade do consumo, da superficialidade, da supervalorização da imagem e do momento presente teria se tornado alienada e despolitizada, potencializada pela fragmentação e pela centralização no sujeito individual e atomizado. Nesta perspectiva, a relação do homem com o espaço se daria de forma descontínua, fragmentada, de dispersão esquizofrênica. Tais transformações afetariam o tempo de lazer e os

espaços livres urbanos, deixando de ser de convívio social e passando a ser de consumo e trânsito (JAMESON, 1996).

Após ter sido feita a aproximação teórica sob uma perspectiva mais “macro” com relação à Cidade, buscamos entender mais especificamente, tendo como base a literatura científica, quais questões atravessavam a relação entre cidade e as crianças. Algumas reflexões foram encontradas nesse levantamento:

Um dos aspectos que dialoga com o que já foi mencionado anteriormente diz respeito à experiência da infância urbana contemporânea, na qual a criança estaria se aproximando do estilo de vida dos adultos, ou seja, vivenciando a cidade de maneira fragmentada, compartimentada (FARIASI; MÜLLERI, 2017), privatizada e segregada. Um projeto pronto, resultado da ação planejada dos adultos, distante do cotidiano das crianças (PÉREZ et al., 2008), onde a classe média teria acesso aos *shoppings*, clubes e condomínios, e as camadas populares utilizariam os espaços públicos precários, malcuidados e demonizados como locais de perigo (LANSKY; GOUVÊA; GOMES, 2014).

Num contexto neoliberal de privatização e de decremento da intervenção do Estado na regulação tanto econômica quanto social, haveria uma diminuição do convívio social em lugares públicos e uma exacerbação do individualismo e dos processos de exclusão e pobreza nas cidades. Tal quadro influenciaria na vida das crianças, que passariam a conviver com a falta de espaços públicos para a prática de lazer na cidade (MÜLLER; ARRUDA, 2012).

Concomitantemente há uma assertiva que trabalha com a ideia da cidade como local violento, ameaçador e difícil de ser transformado (PÉREZ et al., 2008), nesse sentido, alguns limites dificultariam a apropriação dos espaços públicos por parte das crianças pois haveria um sentimento de insegurança da comunidade desenvolvido pela violência, vazio dos espaços, raridade de ações no âmbito do esporte e lazer, ausência dos pais no cotidiano infantil e má gestão e administração dos espaços (TSCHOKE; RECHIA, 2012).

Neste contexto teriam sido criados mecanismos de proteção das crianças em espaços privados como a família e a escola (FARIASI; MÜLLERI, 2017). As crianças estariam segregadas e confinadas a espaços especializados, atrás dos muros, em lugares fechados, numa condição de constante mediação pelo adulto (LAZZAROTTO; NASCIMENTO, 2016). A vida diária das crianças teria por característica uma rigorosa supervisão e regulação por parte dos adultos, incluso na sua mobilidade cotidiana, e nas atividades recreativas externas, em função dos supostos perigos e riscos da rua (O'BRIEN *et al.*, 2000;

VALENTINE, 1997 *apud* CHRISTENSEN et al., 2014). As crianças passariam muito tempo na escola, em casa, na frente da televisão e computador, vivendo em contextos e relações cada vez mais mediadas e substituídas por mercadorias, de negação a brincadeiras e à convivência (FUSARI, 2002).

Embora a construção dessa assertiva, da cidade como local violento seja bastante presente, alguns estudos demonstram que este é um aspecto contraditório, pois, em alguns países, a violência às crianças é muito mais presente em lugares privados (HARDEN, 2000; PAIN, 2006; *apud* FARIASI; MÜLLERI, 2017).

Ainda que o contexto restritivo do direito ao acesso à cidade aparente grande força, milhões de crianças têm suas experiências cotidianas em boa parte vivenciadas nos ambientes da cidade, e a mesma pode ser um espaço não formal de educação, de resistência à separação do convívio social ampliado, e de invenção de espacialidades próprias (FARIASI; MÜLLERI, 2017).

A presente pesquisa, a partir das discussões acima referidas, buscou observar as diferentes maneiras das crianças se relacionarem com o ambiente urbano, levando em consideração atributos, como cor, etnia, gênero e classe social, pois estas são variáveis da análise social – assim como a infância – e não devem ser inteiramente separadas, pois são atributos que oferecem o desenho identitário de cada membro da sociedade (MÜLLER e NUNES, 2014).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa teve como método a cartografia. Esta escolha se deu, pois é um modo de caminhar pelo campo de pesquisa, ou seja, a cidade. É uma maneira de se deslocar nos espaços, pois se trata de uma metodologia baseada na ideia da prática geográfica de acompanhamento de processos em curso. Esta ideia foi inicialmente trabalhada pelo filósofo francês Gilles Deleuze que se apropriou desta palavra do campo da Geografia – Cartografia - para referir-se ao traçado de mapas processuais de um território existencial (FERIGATO; CARVALHO, 2011).

A cartografia propõe uma reversão metodológica. Isto é, o sentido tradicional da metodologia encontra-se na própria etimologia da palavra. Assim, a palavra de origem grega, ao ser desmembrada em *metá-hódos* indica a existência de um caminho, direção (*hódos*) predeterminado por metas dadas a priori. A reversão que a Cartografia aposta é a de transformar *metá-hodos* em *hódos-metá* (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIOA, 2009).

A definição de passos a priori é então colocada sob suspeita, visto que o trabalho de cartografar não se realiza a partir de regras prontas ou objetivos pré-estabelecidos (PASSOS E BENEVIDES DE BARROS, 2009). A técnica ou o enquadre do campo não são o que definem o caráter desse tipo de pesquisa (PAULON & ROMAGNOLI, 2010), mas acima de tudo sua “aposta de experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude” (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIOA, 2009, p. 10). Desse modo, dá-se maior importância ao caminho e não à meta, pois a pesquisa é tida como “um processo em aberto em que operam séries de dobras e desdobras, de inesgotáveis problemas e descobertas” (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 668), criando zonas de indagação e desestabilização (PAULON & ROMAGNOLI, 2010) num movimento que se assemelha à vida e seus fluxos (FERIGATO; CARVALHO, 2011).

Investigações dessa natureza pedem estratégias metodológicas e procedimentos investigativos mais abertos e inventivos, onde o acompanhamento de processos - que são da ordem do invisível e do plano das sensações - precisa ser inventado no decorrer de cada passo da pesquisa (PAULON & ROMAGNOLI, 2010), ou seja, deixar ver e vir outros sentidos, criar redes de conexão entre conceitos e acontecimentos, entre pensamento e afeto (FONSECA et al., 2010 apud CINTRA et al., 2017).

Desse modo, busca-se uma atitude de prática de alteridade, de modo que a relação entre o pesquisador e o “objeto” seja horizontal,

(CARVALHO; FREIRE; BOSI, 2009 *apud* CINTRA et al., 2017), considerando que o conhecimento é produzido no encontro entre ambos e na implicação do pesquisador, pois “é a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido” (ROMAGNOLI, 2009, p. 171). Neste sentido, não há uma suposta neutralidade, mas considera-se que os afetos, opiniões e visão de mundo do pesquisador interferem nos resultados e que tanto sujeito quanto objeto do conhecimento são construções e criações do discurso científico de que fazem parte (CINTRA et al., 2017).

Os dados foram obtidos a partir dos diários de campo compostos no deslocamento do pesquisador pela cidade de Florianópolis/SC. O diário de campo serviu como modo de descrição e ordenação do que foi observado, sempre na busca de compreender melhor o que se passava (ARAÚJO et al., 2013). Seu uso como ferramenta de registro tem sido amplamente utilizado em pesquisas cartográficas (CINTRA et al., 2017). Para Lewgoy e Arruda (2004), o diário consiste em um instrumento que apresenta tanto um “caráter descritivo-analítico”, como um caráter “investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas”, ou seja, consiste em “uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento e do agir através de registros quantitativos e qualitativos”.

Foram constituídos dois tipos de materiais. a) Um mais descritivo-quantitativo, que teve por objetivo descrever o local e as pessoas presentes; b) E outro mais qualitativo-reflexivo, com as ações e conversas observadas além do ponto de vista do observador, suas ideias, preocupações e reflexões (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

No que diz respeito ao material descritivo-quantitativo, optou-se por indicar alguns elementos como:

- *Das Crianças* - bairro; local; tipo de atividade desenvolvida; idade; sexo; cor; presença ou não de acompanhantes (mediação).
- *Estruturais* – bairro; local; tipo de equipamento.
- *De deslocamento* – bairro; dia da semana; momento do dia (horário); distância percorrida.

Já no que tange ao material qualitativo-reflexivo, a seleção foi feita a partir da retirada de trechos do diário de campo, trazendo para discussões mais detalhadas, aqueles elementos que melhor se enquadraram dentro da proposta do trabalho.

Foram observados os espaços públicos livres (EPL) da cidade de Florianópolis, a partir da seguinte classificação (adaptado de MOPU; 1991).

- 1. Sistemas Gerais de Espaços Livres – Parques Urbanos**
- 2. Sistemas Locais de Espaços Livres– Praças, praçinhas e parques de esportes**
- 3. Sistemas Viários Gerais – Rodovias, ruas de trânsito e passeio**
- 4. Sistemas Locais de Vias – Ruas de acesso e estacionamento**

Entretanto, o foco principal do estudo foram os números 1 e 2 (parques urbanos, praças, praçinhas e parques de esportes).

Espaços livres se definem, na estrutura urbana, como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos – representadas pelas avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com a presença efetiva de vegetação – de que são exemplos os parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além disso, permitem a distribuição e a prestação dos serviços públicos (CARNEIRO; MESQUITA, 200?).

O pesquisador adotou a circulação pela cidade a pé, por meio de transporte público ou de bicicleta. A interação foi adotada sem a mediação de qualquer instituição ou pessoa previamente conhecida, sendo o pesquisador um transeunte como outro qualquer, construindo sua relação com a cidade, conhecendo e reconhecendo enquanto se deslocava, com o passar do espaço e do tempo. Em sua aproximação com o campo, o autor se deslocou a partir de sua residência localizada no Bairro da Barra da Lagoa, e de seu local de estudo (UFSC), localizada no Bairro Trindade, buscando a maior variação na localização geográfica, demográfica e de classe social possível. Neste sentido, foi utilizado o método cartográfico como modo do pesquisador se aproximar da cidade.

Etapas estratégicas de aproximação com o campo:

- 1) A partir da moradia do autor (Bairro Barra da Lagoa).
- 2) Região da UFSC e Bairros no entorno (Distrito Sede).
- 3) Deslocamento em direção ao Norte e ao Sul da Ilha de Santa Catarina.

A estratégia respeitou a experiência geográfica do pesquisador.

Além disso, outras estratégias foram construídas pelo pesquisador no decorrer da aproximação com o campo, visto que, como já citado, a pesquisa cartográfica é “um processo em aberto em que operam séries de dobras e desdobras, de inesgotáveis problemas e descobertas (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 668), a partir dos diferentes

desdobramentos ocorridos durante o diálogo de campo, diferentes estratégias foram sendo somadas.

Foi instalado um aplicativo no telefone móvel (celular) do pesquisador (Sports Tracker), o qual construía um mapa de seu deslocamento com um traçado do caminho percorrido e além disso proporcionava, ao final da aproximação de campo, dados como duração e distância percorrida. Outro aplicativo que passou a ser utilizado no celular foi o Google Maps, tanto no auxílio para encontrar possíveis Espaços Públicos de Lazer de forma prévia à saída de Campo, quanto na posterior construção de um Mapa com georreferenciamento dos locais e equipamentos visitados. Outro método que foi sendo constituído, foi o de buscar informantes privilegiados nos bairros durante a saída de campo, ou seja, perguntar às pessoas do local sobre a existência (ou não) de espaços de lazer e brincar para crianças e adolescentes na região, (atendentes do comércio local e pais e mães que acompanhavam seus filhos nas ruas). As aproximações com o Campo finalizaram após a obtenção de um grande número de locais visitados e após o término do tempo estipulado no cronograma para seu desenvolvimento.

Outros acontecimentos do percurso metodológico são importantes para descrever os caminhos que nos levaram até a escrita do artigo. Adotamos na prática as estratégias de aproximação com o campo citadas acima, entretanto, algumas dificuldades de deslocamento foram encontradas, tais como: grandes distâncias a serem percorridas, transporte público municipal deficitário levando o pesquisador a fazer grandes percursos a pé e/ou de bicicleta. A pesquisa não contou com apoio financeiro ou de pessoal, o que culminou na impossibilidade de construir um mapeamento completo da cidade e até mesmo dos bairros visitados.

Outrossim, na busca por referencial teórico que nos auxiliasse na compreensão se estávamos observando um número significativo de locais, encontramos o estudo de Manta (2017), que tinha como objetivo analisar a distribuição da presença e qualidade dos espaços públicos e estruturas para atividade física no lazer e sua relação com a renda dos setores censitários de Florianópolis. A autora, ao analisar a distribuição das estruturas para atividades físicas (para a população geral), observou uma grande prevalência de parquinhos infantis (43,5% dos EPL) e de campos/canchas de futebol (24,3%), além de encontrar uma maior quantidade de equipamentos nos bairros centrais da cidade e uma baixa concentração nas regiões Norte, Leste e Sul da Ilha. Os dados da pesquisa acima corroboram com os do presente trabalho, visto que foram observadas uma maior prevalência de parquinhos (46,9%), seguidos por

Campos e canchas de futebol (17,3%), e uma diminuição do número de equipamentos nas regiões mais distantes da central (Norte, Sul e Leste). Tal pesquisa nos ajudou a compreender que aquilo que estava sendo observado estava de acordo com um referencial mais amplo, e além disso, não havia a necessidade de focar na qualidade física das estruturas e equipamentos, o que já tinha sido feito pela recente pesquisa de Manta (2017). O que nos interessava a partir daquele momento, era focar ainda mais nas crianças (sem desconsiderar seu contexto).

O artigo, que será apresentado no capítulo que segue, é produto de toda essa caminhada, e da escolha de levar em consideração e focar nos atributos e variáveis de análise das crianças como gênero, idade (entre outros). O método escolhido nos oportunizou visualizar (desvendar) desigualdades ainda não sabidas antes das aproximações de campo, mas que se tornaram cada vez mais “gritantes” e culminaram no aprofundamento teórico e posterior escrita do manuscrito.

4 MANUSCRITO

Neto & Zurba

Artigo não submetido.

Revista Periodicus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidade

A cidade das meninas invisíveis: cartografias de gênero nos Espaços Públicos Livres da cidade de Florianópolis/SC

Adriano Donin Neto¹

Magda do Canto Zurba²

¹ Mestrado Profissional em Saúde Mental do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Adriano Donin Neto

Rua Luiz de Camões, 864, apto 305

CEP: 90620 150 – Santo Antônio

Porto Alegre - RS – Brasil

Email: adrianodoninneto@gmail.com

A cidade das meninas invisíveis: cartografias de gênero nos Espaços Públicos Livres da cidade de Florianópolis/SC

Resumo: A Cidade é um espaço não formal de educação para as crianças. O lazer urbano e as práticas lúdicas são ferramentas do desenvolvimento crítico e de humanização e são direitos que devem ser contemplados na política pública urbana. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar os modos de uso dos Espaços Públicos Livres pelas crianças na cidade de Florianópolis/SC, relacionando aspectos de gênero e idade. A pesquisa utilizou-se do método cartográfico, uma metodologia baseada na ideia da prática geográfica de acompanhamento de processos em curso. Os dados foram obtidos a partir dos diários de campo compostos no deslocamento do pesquisador pela cidade. Foram observados um total de 81 equipamentos de lazer para a infância espalhados por 19 Bairros da Cidade e contabilizadas 210 crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos. No que tange o gênero, 147 (70%) eram do gênero Masculino e 63 (30%) do gênero Feminino. Considerando menor índice da presença de meninas nos Espaços Públicos de Lazer foi feita uma distinção de gênero por faixa etária para saber se esta proporção permanecia. Na faixa etária de 0 a 6 anos, num total de 69 crianças, 38 (55,1%) eram do gênero Feminino e 31 (44,9%) do gênero Masculino. Entre 6 e 12 anos, num total de 67 crianças, apenas 12 (17,9%) eram do gênero Feminino enquanto 55 (82,1%) eram do gênero Masculino. Já na faixa etária de 12 a 18 anos, num total de 74 adolescentes, apenas 13 (17,6%) eram do gênero Feminino, e 61 (82,4%) do gênero Masculino. A invisibilidade e baixa presença das meninas nesses locais, na presente pesquisa, parecem ser marcas da opressão de gênero. Concluiu-se que a intersecção do gênero (feminino) e geracional (crianças e adolescentes), pode ser suficiente para a perda desse direito de lazer em espaços públicos. Tendo isso em vista, é preciso pensar em estratégias de políticas públicas que considerem essa particularidade.

Palavras-chave: Infância; Cidade; Gênero; Espaços Públicos Livres; Lazer.

Abstract: The city is a non-formal place of education for children. Urban leisure and recreational practices are tools for critical development and humanization and are rights that should be contemplated in urban public policy. Thus, the present study aimed to characterize the uses of Public Open Spaces by children in the city of Florianópolis/SC, by gender and age. The research used the cartographic method, a methodology based on the idea of

geographical practices for monitoring ongoing processes. Data was obtained from the field journals that registered the researcher's movement around the city. A total of 81 recreational equipments for childhood were observed in 19 neighborhoods of the city and 210 children and teenagers aged 0 to 18 years were counted. Regarding the gender, 147 (70%) were male and 63 (30%) were female. Considering a lower presence of girls in the Public Open Spaces, a gender distinction was made by age group to determine if this proportion remained. In the age group 0-6 years, from a total of 69 children, 38 (55.1%) were female and 31 (44.9%) were male. Between 6 and 12 years of age, from a total of 67 children, only 12 (17.9%) were female while 55 (82.1%) were male. In the age group of 12 to 18 years, from a total of 74 adolescents, only 13 (17.6%) were female and 61 (82.4%) were male. The invisibility and low presence of the girls in these places, in this research, seemed to result from gender oppression. It was concluded that the intersection of gender (feminine) and generation (children and adolescents), can be determinant for the loss of the right of leisure and occupying Public Open Spaces. It is necessary to formulate public policy's strategies that consider this particularity.

Key-words: Childhood; City; Gender; Public Open Spaces; Leisure.

Resumen: La ciudad es un lugar de educación no formal para niños. El ocio urbano y las prácticas recreativas son herramientas para el desarrollo crítico y la humanización y son derechos que deben contemplarse en la política pública urbana. De este modo, el presente estudio tuvo como objetivo caracterizar los usos de los Espacios Abiertos Libres por parte de los niños en la ciudad de Florianópolis/ SC, por género y edad. La investigación utilizó el método cartográfico, una metodología basada en la idea de prácticas geográficas para monitorear los procesos en curso. Los datos se obtuvieron de los diarios de campo que registraron el movimiento del investigador alrededor de la ciudad. Se observaron 81 equipos recreativos para la infancia en 19 barrios de la ciudad y se contabilizaron 210 niños y adolescentes de 0 a 18 años. Cuanto al género, 147 (70%) eran chicos y 63 (30%) chicas. Considerando una menor presencia de niñas en los Espacios Abiertos Libres, se hizo una distinción de género por grupo de edad para determinar si esta proporción se mantenía. En el grupo de edad de 0 a 6 años, de un total de 69 niños, 38 (55,1%) eran chicas y 31 (44,9%) eran chicos. Entre los 6 y los 12 años, de un total de 67 niños, solo 12 (17.9%) eran chicas, mientras que 55 (82.1%) eran chicos. En el grupo de edad de 12 a 18 años, de un total de 74 adolescentes, solo 13 (17.6%) eran chicas y 61 (82.4%) eran chicos. La invisibilidad y la baja presencia de las niñas en estos sitios, en esta

investigación, parecieron ser marcas de la opresión de género. Se concluyó que la intersección de género (femenino) y generación (niños y adolescentes), puede ser determinante para la pérdida del derecho de ocio y de ocupación de los Espacios Abiertos Libres. Es necesario formular estrategias de política pública que consideren esta particularidad.

Palabras-clave: Infancia; Ciudad; Género; Espacios Abiertos Libres; Ocio.

1 A infância institucionalizada

No Brasil, historicamente há uma forte tendência de institucionalização da criança, neste sentido, constituiu-se um cenário em que há um contraponto entre a vida pública (relacionada ao homem adulto) e a vida privada (relacionada à mulher e à criança), que culminou na separação entre o universo adulto e o infantil (SENNET, 1988) e no surgimento de uma série de espaços e objetos produzidos especificamente para as crianças: escolas, creches, parques, museus, etc.

As ações dirigidas a crianças e adolescentes no Brasil atravessaram um século de história circunscritas a um ideário de proteção, que, paradoxalmente, redundou na construção de um modelo de assistência com forte tendência à institucionalização e em uma concepção segmentada, não integradora, da população infanto-juvenil. Ao mesmo tempo em que o início do século XX engendrou-se um conjunto de medidas, calcadas na lógica higienista e de inspiração normativo-jurídica, que expandiu sobremaneira a oferta de instituições fechadas para o cuidado de crianças e adolescentes em sua maioria sob a tutela do campo filantrópico (CAMINHOS PARA UMA

POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL,
2005, p.7).

Para LAZZAROTTO e NASCIMENTO (2016), historicamente a população infanto-juvenil não podia circular pelas ruas, e se por algum desvio da norma o fizesse, em seguida seria recolhida pelas instituições, num procedimento de abrigamento que territorializa as circulações dessa população. Haveria uma interdição de suas presenças fora dos lugares instituídos e esperados para a experiência da infância. As autoras se baseiam em FOUCAULT (1979), que faz um paralelo da história dos espaços como história dos poderes, e no trabalho de Philippe Ariès (1981) no que tange a história social de criança e da família, e sua relação com a organização do espaço urbano.

A casa da família e a escola foram espaços de recolhimento, abrigo, cuidado e educação das crianças. Nestes locais se utilizam procedimentos de governo da vida por meio de relações de poder. Parece muito atual a conceituação de vida familiar desenvolvida por ARIÈS (1981) *apud* LAZZAROTTO e NASCIMENTO (2016), onde a mesma estaria organizada longe da rua, da praça, da vida coletiva, mas no interior de uma casa, local melhor protegido de intrusos e preparado para a vida íntima. A escola, a casa ou abrigos introduzem, neste sentido, uma liberdade vigiada, fazendo uso do dispositivo disciplinar

(FOUCAULT, 1987), e produzindo meios de enclausuramento, vigilância, controle dos corpos e normatização dos modos de ser.

As crianças, neste contexto, estariam segregadas e confinadas a espaços especializados, acabando por vivenciar a cidade de maneira fragmentada e compartimentada (WARD, 1978; TONUCCI, 1996; VALENTINE, 1997; KARSTEN; RASMUSSEN; SMIDT; ZEIHNER, 2003; VAN VLIET, 2006; MIKKELSEN; CHRISTENSEN, 2009; BROBERG; KYTTÄ; FAGERHOLM, 2013 *apud* FARIASI; MÜLLERI, 2017). Tal fato cria, na vida cotidiana das crianças, uma constante mediação e controle institucional, onde a mesma acaba por ter a sua cidadania cerceada e seu convívio com a cidade e a vida pública limitados (HARDEN, 2000; PAIN, 2006; *apud* FARIASI; MÜLLERI, 2017).

2 Infância e estudos feministas

A perspectiva dos estudos voltados para as crianças na Sociologia, possuem um histórico de viés ‘adultocêntrico’ ou ‘adultistas’, sendo que as crianças eram pensadas a partir do ponto de vista dos adultos e seus interesses. A criança não era considerada como sujeito social, mas pensada numa perspectiva antecipatória daquilo que iria se tornar (ALANEN, 2001), e neste sentido, a idade adulta é considerada o “ponto final”, a

linha de chegada do pensamento e do conhecimento (MARCHI, 2011; QVORTRUP, 2010 *apud* MATTOS E CASTRO, 2016).

A comparação entre criança e o adulto, portanto, está sempre presente, a criança como alguém em desenvolvimento, que não sabe, e o adulto como aquele que já está desenvolvido. O termo “desenvolvimento” por si só já pressupõe uma hierarquização bebê – criança – adolescente – adulto. A criança é tida como um ser aquém das capacidades para a vida pública e está, então, em constante preparação, como se já não existisse, ou como se sua existência tivesse a única qualidade de vir a ser, uma presença que não existe como presença, ou seja, no tempo de agora, uma vida pensada apenas para um futuro - adulto, cidadão, contribuinte - uma preparação para a vida em comunidade – que se daria na convivência familiar, na escola, nas brincadeiras, na comunidade – como se a criança já não fosse um ser social que interfere nesta mesma (MATTOS E CASTRO, 2016).

Podemos considerar este modo de olhar a infância como sendo parcial e até mesmo preconceituoso. Tendo isso em vista, novas abordagens se tornaram necessárias nos estudos sobre a infância, as quais se caracterizassem por um afastamento do ponto de vista ‘adultista’, ou seja, abordagens “centradas nas crianças”, considerando-as “sujeitos falantes, atuantes e que vivem experiências, com seus próprios pontos de vista sobre o

mundo no qual vivem” (ALANEN, 2001, p. 71). Vale destacar que, para a autora (ALANEN, 2001), este estágio inicial dos estudos sobre a Infância possui muitas semelhanças com o início dos Estudos Feministas. Neles, as crianças, assim como as mulheres, também constituem uma categoria social que tem sido injustiçada, numa invisibilização e distorção de seu lugar social e de suas contribuições. A autora segue desenvolvendo um argumento de existência de uma conexão social e cotidiana entre mulheres e crianças de diversas maneiras, o que poderia sugerir possibilidades de utilização dos recursos dos Estudos Feministas no novo campo de Estudos das Crianças.

Por esse ângulo, o conceito de gênero pode ser um poderoso discurso a ser tomado por empréstimo dos Estudos Feministas e utilizado para os Estudos das Crianças, visto que gênero é essencialmente um conceito de relação, uma vez que o universo das mulheres está inserido no universo dos homens e vice-versa, ou seja, o gênero feminino se constrói em oposição ao gênero masculino e nas diferenças entre homens e mulheres. Neste sentido, o gênero constitui uma construção social, abordando as relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações variam em diferentes sociedades e culturas, e até mesmo dentro de uma mesma sociedade (PRAUN, 2011).

Num sentido sociológico, “crianças” e “adultos” são nomes dados a duas categorias sociais que estão posicionadas

entre si dentro de uma relação, que neste caso é de gerações. Sendo assim, o aperfeiçoamento da lógica das relações de gênero, proporcionaria inspiração para se repensar as crianças em termos de relacionamento (ALANEN, 2001). A crítica ao preconceito e parcialidade ‘adultistas’ em concomitância à afirmação da Infância como fenômeno social que merece ser estudado por si mesmo, corresponde ao desafio feminista. É possível perceber que se repete a lógica do primeiro estágio do feminismo acadêmico – onde as mulheres foram “acrescentadas” à ciência pois as crianças também foram, onde anteriormente apenas os homens e os adultos eram identificados como atores (ALANEN, 2001).

Qualquer que seja o fator que marca as crianças como diferentes (pode tratar-se de um status específico, como vulnerabilidade por exemplo) deve ser tomado como uma construção social. Para o projeto feminista de igualdade no que diz respeito às desigualdades sociais observadas, estas são por natureza sociais e neste sentido podem ser modificadas (BEAUVOIR, 2009). Inicialmente esta distinção fixou-se nos estudos das diferenças entre sexo e gênero, entretanto, o que nos importa saber no que tange aos estudos sobre a infância, é que assim como nas pesquisas transculturais que demonstravam uma rica variabilidade de organização de gênero através das culturas, há uma variação semelhante nas ideias e conceitos culturais em

outras definições de infância. A diferença corporal entre adultos e crianças pode ser considerada como algo “natural”, entretanto, foi a construção cultural da infância moderna ocidental que efetuiu uma normalização e institucionalização das crianças, onde estas são cuidadas, educadas, assistidas, instruídas, supervisionadas e controladas (ALANEN, 2001).

Assim como ocorre com relação ao gênero, que é construído socialmente, aquilo que chamamos “criança” varia entre sociedades, culturas, comunidades, classes sociais, duração histórica e definição institucional dominante em cada época (PINTO & SARMENTO, 1997; ANDRADE, 2010). Ou seja, a infância não é um fenômeno natural, as crianças precisam ser vistas para se tornarem crianças, e se tornam crianças a partir de uma diferença geracional, isto significa que há incluso um contínuo ordenamento das gerações na vida social (ALANEN, 2001).

Além disso, é preciso considerar, que as/os jovens e crianças são sempre meninos e meninas, mas são também outras coisas (relacionado a sua idade, classe, orientação sexual, etnia, etc.) e é por vezes com base nessas (outras coisas), e não no gênero, que estabelecem diferenças e desigualdades entre eles. Sendo assim, podemos tomar emprestados dos estudos feministas a perspectiva da interseccionalidade, que pode nos ajudar a pensar estas “outras coisas” que estes meninos e

meninas também são. “Por ‘interseccionalidade’ consideramos o efeito da simultaneidade e interação entre gênero, raça¹, classe, orientação sexual e nacionalidade (entre outros), como categorias de diferença” (BASSEL; EMEJULU, 2010 *apud* KONSTANTONI; EMEJULU, 2016 p.7).

3 Infância e cidade

De acordo com FARIASI e MÜLLER (2017), a cidade é um espaço não formal de educação, capaz de proporcionar diferentes aprendizagens. Trata-se de um local de interação, de comunicação e de encontro de seus habitantes a partir de suas vidas cotidianas, onde as crianças podem experimentar, aprender e criar ligações entre suas experiências de vida e os lugares cotidianos da cidade, descobrindo lugares informais que lhes dão possibilidades de transgredir os seus limites e se tornarem mais visíveis, num movimento de resistência à sua separação do convívio social ampliado, e de invenção de suas espacialidades próprias. É urgente pensar o cotidiano da criança e não

¹ Cabe ressaltar que o termo “raça” foi utilizado no presente trabalho - e não apenas “cor” - pois o mesmo é tido como categoria de análise sociológica, visto que, no que diz respeito à espécie humana, não existem “raças” biológicas. Além disso, por considerarmos “raça” uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, para pessoas cujos pleitos têm de ser construídos sobre identidades e solidariedades comuns (GUIMARÃES, 2002).

necessariamente o da instituição (FARIASI; MÜLLERI, 2017), para isso é central a recuperação do papel do espaço urbano na vida da coletividade e das crianças, dando margens crescentes de autonomia e liberdade às mesmas (FUSARI, 2002).

Atualmente as crianças passam muito tempo na escola, em casa, na frente da televisão e computador, vivendo em contextos e relações cada vez mais mediadas e substituídas por mercadorias, de negação a brincadeiras e à convivência. Mergulhar na cidade, no espaço público/político, suas vielas, becos, ladeiras, calçadas, possibilitaria à criança um processo imaginativo, de construção de laços sociais, compartilhamento, improviso e troca (MEIRA, 2013). Para isso é importante criar espaços, os quais não emergem sem protagonismo, invenções de imagens e lugares possíveis para além do campo do consumo (MEIRA, 2013). As crianças seriam agentes de construção de distintas possibilidades de se viver na cidade (PÉREZ et al., 2008). A cidade seria, então, um horizonte a ser conquistado por elas (FUSARI, 2002).

O panorama geral da realidade das cidades brasileiras é marcado pelo sucateamento e falta de espaços públicos, locais que possibilitem encontros e trocas de experiências e práticas culturais. Há uma ineficiência e insuficiência de políticas e programas, além de uma falta de acesso aos bens e atividades de lazer, o que afasta as crianças de uma cultura lúdica baseada no

uso e apropriação dos espaços. Além disso, há uma diminuição do convívio social nestes parques espaços e uma concomitante exacerbação do individualismo e dos processos de exclusão e pobreza nas cidades. Tal quadro influencia a vida das crianças, sendo elas as mais prejudicadas (MÜLLER; ARRUDA, 2012).

O lazer urbano e as práticas lúdicas são ferramentas do desenvolvimento crítico e de humanização e são direitos que devem ser contemplados na política pública urbana (MÜLLER; ARRUDA, 2012). Espaços públicos de lazer (EPL) devem ser espaços de sociabilidade, de transformações sociais, resistência e encontro para as crianças (TSCHOKE; RECHIA, 2012).

4 A cidade de Florianópolis

No presente capítulo, buscou-se apresentar brevemente algumas características da cidade na qual a pesquisa foi desenvolvida, ou seja, a cidade de Florianópolis.

Capital do Estado de Santa Catarina, o município possui segundo o CENSO de 2010, uma população de 421.240 habitantes distribuídos pelos aproximados 436,5 km² de área que se dividem entre sua porção continental e insular, e resultam em uma densidade demográfica de 627,24 hab|km². Abrange toda a Ilha de Santa Catarina e mais uma porção situada no Continente, a qual conurba com outros municípios vizinhos (REIS, 2012).

A ocupação da “cidade insular” se dá principalmente com fins turísticos e de absorção da demanda habitacional da classe média. Ela tem um tecido bastante descontínuo para além do centro da cidade, com diversas localidades em todas as direções, as quais se desenvolvem a partir do crescimento de antigas freguesias ou reflexo do crescimento das últimas décadas (REIS, 2012). O presente estudo fez suas aproximações de campo fundamentalmente nesta região “insular”.

No que diz respeito aos aspectos referentes aos dados sobre espaços públicos livres ou de lazer na cidade, Florianópolis possui um sistema de espaços livres públicos caracterizado, principalmente, por áreas de conservação e preservação, as quais representam mais de 50% da área municipal. Tais áreas possuem importância ambiental, além de forte presença na percepção paisagística da cidade. A apropriação dessas áreas está mais relacionada às atividades turísticas (trilhas e as práticas esportivas nas Dunas, por exemplo) e sua utilização como espaços de convívio e lazer é limitada (SANTIAGO et al., 2014).

Os espaços livres urbanos destinados à recreação e as áreas verdes de lazer não representam nem 1% da área total do município. Esse baixo percentual de praças e parques, normalmente, é justificado pela presença das orlas marítimas e lacustres. A distribuição desses espaços no contexto do

município não atende à demanda populacional e social, visto que as praias, calçadões e o mar são considerados os principais espaços recreativos da cidade (SANTIAGO et al., 2014).

5 Objetivo

O presente artigo teve por objetivo realizar um estudo sobre os modos de uso dos Espaços Públicos Livres pelas crianças na cidade de Florianópolis/SC.

Para isso foram observados alguns espaços públicos livres na cidade de Florianópolis/SC com o desafio de olhar para a vida cotidiana das crianças que circulam nas suas comunidades em atividades como o brincar, jogar, o lazer, etc.

6 Estratégia metodológica

A presente pesquisa teve como método a cartografia. Esta escolha se deu, pois é um modo de caminhar pelo campo de pesquisa, ou seja, a cidade. É uma maneira de se deslocar nos espaços, pois se trata de uma metodologia baseada na ideia da prática geográfica de acompanhamento de processos em curso. Esta ideia foi inicialmente trabalhada pelo filósofo francês Gilles Deleuze que se apropriou desta palavra do campo da Geografia

– Cartografia - para referir-se ao traçado de mapas processuais de um território existencial (FERIGATO; CARVALHO, 2011).

A cartografia propõe uma reversão metodológica. Isto é, o sentido tradicional da metodologia encontra-se na própria etimologia da palavra. Assim, a palavra de origem grega, ao ser desmembrada em *metá-hódos* indica a existência de um caminho, direção (*hódos*) predeterminado por metas dadas a priori. A reversão que a Cartografia aposta é a de transformar *metá-hodos* em *hódos-metá* (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIOA, 2009).

A definição de passos a priori é então colocada sob suspeita, visto que o trabalho de cartografar não se realiza a partir de regras prontas ou objetivos pré-estabelecidos (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2009). A técnica ou o enquadre do campo não são o que definem o caráter desse tipo de pesquisa (PAULON; ROMAGNOLI, 2010), mas acima de tudo sua “aposta de experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude” (PASSOS, KASTRUP & ESCÓSSIOA, 2009, p. 10). Desse modo, dá-se maior importância ao caminho e não à meta, pois a pesquisa é tida como “um processo em aberto em que operam séries de dobras e desdobras, de inesgotáveis problemas e descobertas” (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 668), criando zonas de

indagação e desestabilização (PAULON; ROMAGNOLI, 2010) num movimento que se assemelha à vida e seus fluxos (FERIGATO; CARVALHO, 2011).

Investigações dessa natureza pedem estratégias metodológicas e procedimentos investigativos mais abertos e inventivos, onde o acompanhamento de processos - que são da ordem do invisível e do plano das sensações - precisa ser inventado no decorrer de cada passo da pesquisa (PAULON; ROMAGNOLI, 2010), ou seja, deixar ver e vir outros sentidos, criar redes de conexão entre conceitos e acontecimentos, entre pensamento e afeto (FONSECA et al., 2010 *apud* CINTRA et al., 2017).

Desse modo, busca-se uma atitude de prática de alteridade, de modo que a relação entre o pesquisador e o “objeto” seja horizontal, (CARVALHO; FREIRE; BOSI, 2009 *apud* CINTRA et al., 2017), considerando que o conhecimento é produzido no encontro entre ambos e na implicação do pesquisador, pois “é a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido” (ROMAGNOLI, 2009, p. 171). Neste sentido, não há uma suposta neutralidade, mas considera-se que os afetos, opiniões e visão de mundo do pesquisador interferem nos resultados e que tanto sujeito quanto objeto do conhecimento são construções e

criações do discurso científico de que fazem parte (CINTRA et al., 2017).

Os dados foram obtidos a partir dos diários de campo compostos no deslocamento do pesquisador pela cidade de Florianópolis/SC. O diário de campo serviu como modo de descrição e ordenação do que foi observado, sempre na busca de compreender melhor o que se passava (ARAÚJO et al., 2013). Seu uso como ferramenta de registro tem sido amplamente utilizado em pesquisas cartográficas (CINTRA et al., 2017). Para Lewgoy e Arruda (2004), o diário consiste em um instrumento que apresenta tanto um “caráter descritivo-analítico”, como um caráter “investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas”, ou seja, consiste em “uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento e do agir através de registros quantitativos e qualitativos”.

Foram constituídos dois tipos de materiais. a) Um mais descritivo-quantitativo, que teve por objetivo descrever o local e as pessoas presentes; b) E outro mais qualitativo-reflexivo, com as ações e conversas observadas além do ponto de vista do observador, suas ideias, preocupações e reflexões (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

No que diz respeito ao material descritivo-quantitativo, optou-se por indicar alguns elementos como:

- *Das Crianças* - bairro; local; tipo de atividade desenvolvida; idade; sexo; cor; presença ou não de acompanhantes (mediação).
- *Estruturais* – bairro; local; tipo de equipamento.
- *De deslocamento* – bairro; dia da semana; momento do dia (horário); distância percorrida.

Já no que tange ao material qualitativo-reflexivo, a seleção foi feita a partir da retirada de trechos do diário de campo, trazendo para discussões mais detalhadas, aqueles elementos que melhor se enquadraram dentro da proposta do trabalho.

Foram observados os espaços públicos livres (EPL) da cidade de Florianópolis, a partir da seguinte classificação (adaptado de MOPU; 1991).

- 1. Sistemas Gerais de Espaços Livres – Parques Urbanos**
- 2. Sistemas Locais de Espaços Livres– Praças, pracinhas e parques de esportes**
- 3. Sistemas Viários Gerais – Rodovias, ruas de trânsito e passeio**
- 4. Sistemas Locais de Vias – Ruas de acesso e estacionamento**

Entretanto, o foco principal do estudo foram os números 1 e 2 (parques urbanos, praças, pracinhas e parques de esportes).

Espaços livres se definem, na estrutura urbana, como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos – representadas pelas avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc. – ou com a presença efetiva de vegetação – de que são exemplos os parques, praças, jardins, etc. – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além disso, permitem a distribuição e a prestação dos serviços públicos (CARNEIRO; MESQUITA, 200?).

O pesquisador adotou a circulação pela cidade a pé, por meio de transporte público ou de bicicleta. A interação foi adotada sem a mediação de qualquer instituição ou pessoa previamente conhecida, sendo o pesquisador um transeunte como outro qualquer, construindo sua relação com a cidade, conhecendo e reconhecendo enquanto se deslocava, com o passar do espaço e do tempo. Em sua aproximação com o campo, o autor se deslocou a partir de sua residência localizada no Bairro da Barra da Lagoa, e de seu local de estudo (UFSC), localizada no Bairro Trindade, buscando a maior variação na localização geográfica, demográfica e de classe social possível. Neste sentido, foi utilizado o método cartográfico como modo do pesquisador se aproximar da cidade.

Etapas estratégicas de aproximação com o campo:

- 4) A partir da moradia do autor (Bairro Barra da Lagoa).
- 5) Região da UFSC e Bairros no entorno (Distrito Sede).
- 6) Deslocamento em direção ao Norte e ao Sul da Ilha de Santa Catarina.

A estratégia respeitou a experiência geográfica do pesquisador.

Além disso, outras estratégias foram construídas pelo pesquisador no decorrer da aproximação com o campo, visto que, como já citado, a pesquisa cartográfica é “um processo em aberto em que operam séries de dobras e desdobras, de inesgotáveis problemas e descobertas (FERIGATO; CARVALHO, 2011, p. 668), a partir dos diferentes desdobramentos ocorridos durante o diálogo de campo, diferentes estratégias foram sendo somadas.

Foi instalado um aplicativo no telefone móvel (celular) do pesquisador (Sports Tracker), o qual construía um mapa de seu deslocamento com um traçado do caminho percorrido e além disso proporcionava, ao final da aproximação de campo, dados como duração e distância percorrida. Outro aplicativo que passou a ser utilizado no celular foi o Google Maps, tanto no auxílio para encontrar possíveis Espaços Públicos de Lazer de forma prévia à saída de Campo, quanto na posterior construção

de um Mapa com georreferenciamento dos locais e equipamentos visitados. Outro método que foi sendo constituído, foi o de buscar informantes privilegiados nos bairros durante a saída de campo, ou seja, perguntar às pessoas do local sobre a existência (ou não) de espaços de lazer e brincar para crianças e adolescentes na região, (atendentes do comércio local e pais e mães que acompanhavam seus filhos nas ruas). As aproximações com o Campo finalizaram após a obtenção de um grande número de locais visitados e após o término do tempo estipulado no cronograma para seu desenvolvimento.

7 Resultados

Ao todo foram observados 19 Bairros: Barra da Lagoa; Lagoa da Conceição; Rio Tavares; Novo Campeche; Itacorubi; Santo Antônio de Lisboa; Rio Vermelho; Centro; Agronômica; Trindade; Córrego Grande; Carvoeira; Ingleses; Campeche; Açores; Pântano do Sul; Armação; Canasvieiras; Jurerê Internacional. Neles foram observadas uma totalidade de 30 estruturas públicas de lazer como Praças (18), Parques (5), Associações Comunitárias (4) e Clubes de Futebol (3).

Tabela 1 – Estruturas Públicas de Lazer para a Infância observadas. Florianópolis, 2018 (n=30).

	Praças	Parques	Associações Comunitárias	Clubes de Futebol
ESTRUTURAS	18	5	4	3
Total	30			

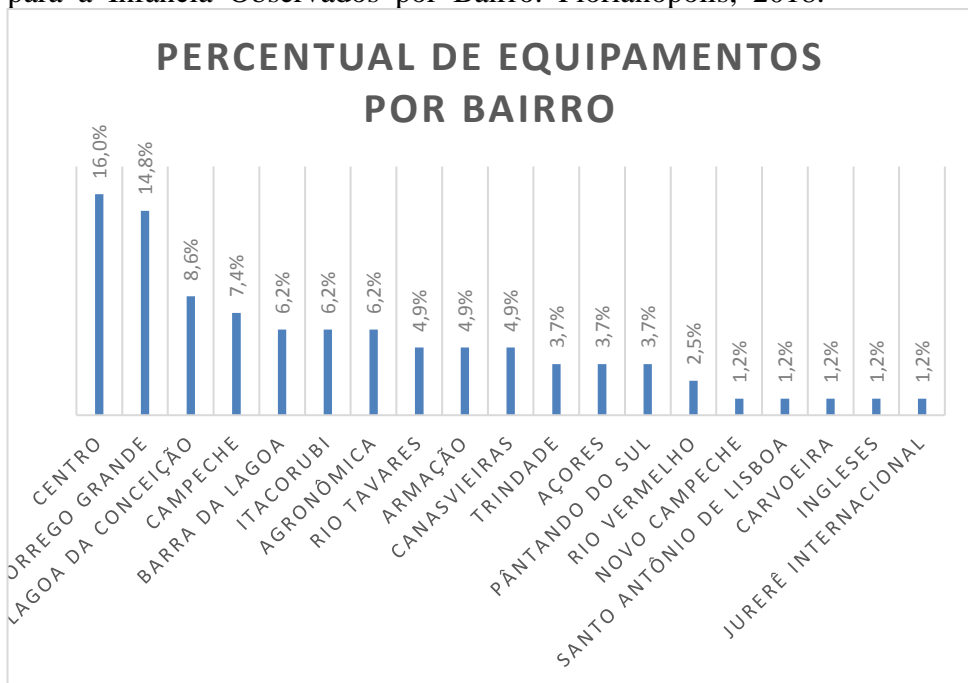
Fonte: Autor (2018)

Pertencentes ou não às estruturas citadas acima, foram observados um total de 81 (n=81;100%) equipamentos de lazer para a infância ou os quais crianças também podem fazer uso. Os mais frequentes foram os Parquinhos Infantis (n=38;46,9%), seguidos pelos Campos de Futebol (n=9;11,1%), Academias ao Ar Livre (n=7;8,6%), Canchas de Futebol de Areia (n=5;6,2%), Canchas de Vôlei de Areia (n=5;6,2%), Quadras de Futsal (n=3;3,7%), Quadras de Basquetebol (n=3;3,7%), Canchas de Beach Tennis (n=3;3,7%), Pistas de Skate (n=2;2,5%), Ciclovias (n=2;2,5%), Quadras Poliesportivas (n=1;1,2%), Campo de Rúgbi (n=1;1,2%), Quadra de Paddle (n=1;1,2%), Quadra de Tênis (n=1;1,2%).

Já no que tange a distribuição dos equipamentos de acordo com cada bairro observado, a distribuição foi a seguinte: Centro (n=13;16,0%); Córrego Grande (n=12;14,8%), Lagoa da Conceição (n=7;8,6%), Campeche (n=6;7,4%), Barra da Lagoa (n=5;5,2%), Itacorubi (n=5;5,2%), Agronômica (n=5;5,2%), Rio

Tavares (n=4;4,9%), Armação (n=4;4,9%), Canasvieiras (n=4;4,9%), Trindade (n=3;3,7%), Açores (n=3;3,7%), Pântano do Sul (n=3;3,7%), Rio Vermelho (n=2;2,5%), Novo Campeche (n=1;1,2%), Santo Antônio de Lisboa (n=1;1,2%), Carvoeira (n=1;1,2%), Ingleses (n=1;1,2%), Jurerê Internacional (n=1;1,2%), (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Presença em percentual dos Equipamentos de Lazer para a Infância Observados por Bairro. Florianópolis, 2018.



Fonte: Autor (2018)

Esta distribuição pode ser observada com mais detalhes no mapa criado pelo autor no Google Maps, que pode ser acessado pelo seguinte link:

https://drive.google.com/open?id=1-d2b6NckY6avr8_4nhIL96Y4zmiDcxeX&usp=sharing

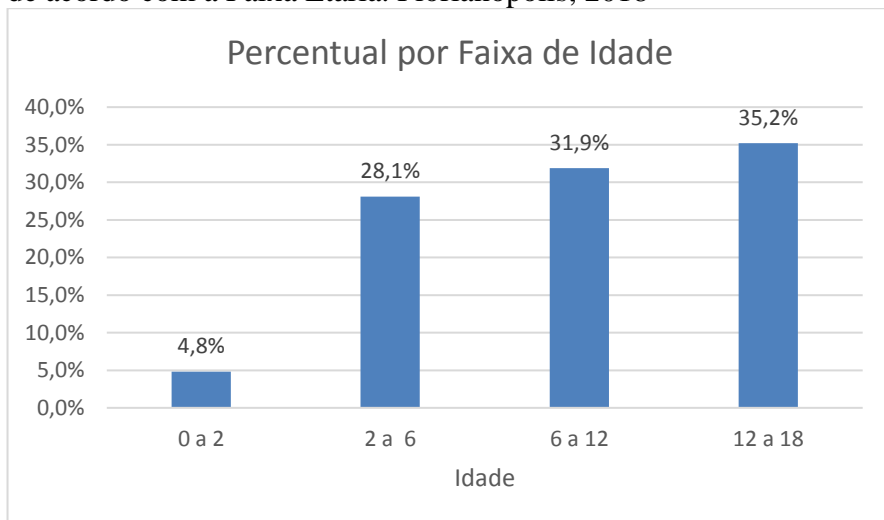
Dois aspectos encontrados são importantes: A maior prevalência de parquinhos, que correspondem a quase 50% (46,9%), do total de equipamentos observados; a maior quantidade de equipamentos observados nos bairros centrais da cidade. Estes dados podem indicar um que há um menor investimento em equipamentos para crianças maiores e adolescentes e/ou moradoras de bairros periféricos

No que tange a quantidade e características das crianças e adolescentes que ocupavam estes espaços no momento das aproximações, foram contabilizadas 210 crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos. Outros fatores também foram considerados como Faixa Etária, Cor/Raça e Gênero. Com relação a esses outros fatores, em função do perfil da pesquisa não possibilitar uma autodeclaração dos participantes, ficou a critério do pesquisador tal identificação.

Na Faixa Etária de 0 a 2 anos foram contabilizadas um total de 10 crianças, que correspondem a 4,8% do total (n=10; 4,8%). Entre 2 a 6 anos foram contabilizadas 59 crianças, que correspondem a 28,1% do total (n=59; 28,1%). Entre 6 a 12 anos foram contabilizadas 67 crianças, as quais correspondem a um percentual de 31,9% (n=67; 31,9%). Na Faixa de 12 a 18 anos de idade foram contabilizadas um total de 74 pré-adolescentes e

adolescentes, que correspondem a um percentual de 35,2% do total (n=74; 35,2%). As faixas etárias foram escolhidas pelos seguintes critérios: de 0 a 2 (bebês), de 2 a 6 (idade pré-escolar), de 6 a 12 (início da idade escolar até início da pré-adolescência), de 12 a 18 (início da pré-adolescência até início da maioridade). Embora o início da pré-adolescência possa variar, foi considerado 12 anos para que as faixas etárias corresponderem ambas a uma variação de 6 anos. Se considerarmos uma outra possibilidade, na qual haja uma faixa etária de 0 a 6 anos (somando os intervalos de 0 a 2 e 2 a 6 anos e equiparando todos os intervalos em 6 anos), nela haveria um total de 69 crianças, as quais corresponderiam a um total de 32,9% (n=69; 32,9%).

Gráfico 2 – Presença em percentual das Crianças e Adolescentes de acordo com a Faixa Etária. Florianópolis, 2018



Fonte: Autor (2018)

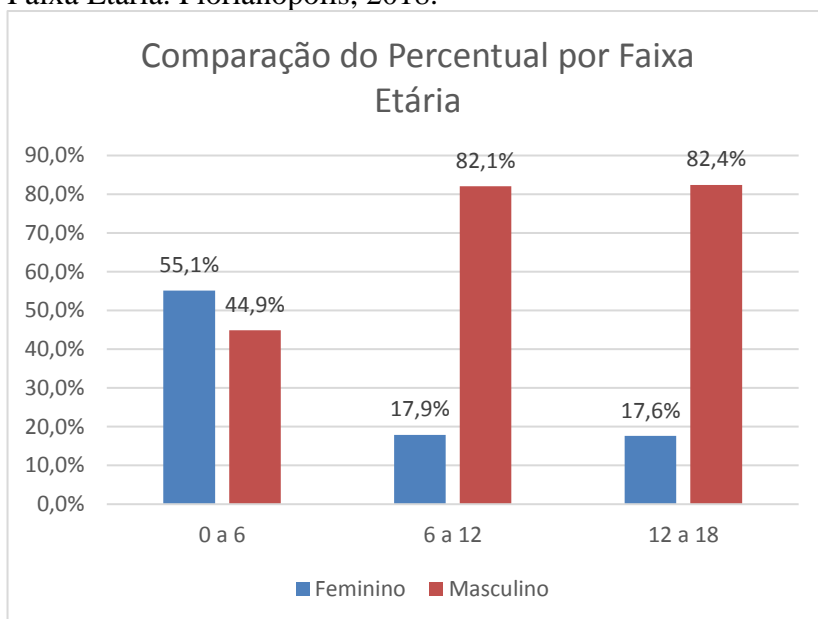
No que diz respeito à Cor/Raça, num total de 210 crianças e adolescentes, 148 foram consideradas brancas (70,5%), 34 negras (16,2%), 2 indígenas (1%). Em 26 casos (12,4%) essa classificação não foi anotada no diário de campo do pesquisador, visto que, como observador externo, nem sempre foi possível observar adequadamente a cor das crianças, processo que, em futuros projetos, seria facilitado pela autodeclaração, tal fato pode ter acarretado em uma subnotificação.

No que tange o gênero, das 210 crianças e adolescentes, 147 (70%) eram do gênero Masculino e 63 (30%) do gênero Feminino. Como o gênero não foi autodeclarado pelas crianças pois não houve interação com as mesmas, não foi possível verificar se havia crianças transgênero ou com outras identificações de gênero.

A partir da visualização desta considerável menor presença de meninas nos Espaços Públicos de Lazer na presente pesquisa, se fez necessária uma distinção de gênero por faixa etária para saber se esta proporção permanece. Na faixa etária de 0 a 6 anos, num total de 69 crianças, 38 (55,1%) eram do gênero Feminino e 31 (44,9%) do gênero Masculino. Entre 6 e 12 anos, num total de 67 crianças, apenas 12 (17,9%) eram do gênero Feminino enquanto 55 (82,1%) eram do gênero Masculino. Já na faixa etária de 12 a 18 anos, num total de 74 adolescentes,

apenas 13 (17,6%) eram do gênero Feminino, e 61 (82,4%) do gênero Masculino.

Gráfico 3 – Comparação de percentual das Crianças e Adolescentes do gênero Masculino e Feminino de acordo com a Faixa Etária. Florianópolis, 2018.



Fonte: Autor (2018)

Se compararmos a quantidade de meninas de 6 a 12 anos (n=12) com o valor total geral (n=210), elas correspondem a apenas 5,7%. Algo similar ocorre quando fazemos a mesma comparação com as adolescentes de 12 a 18 anos (n=13) as quais correspondem a apenas 6,2% do total geral. Quando somadas, ambas correspondem a apenas 11,9% do total geral.

Os achados qualitativos reflexivos dos diários de campo corroboram com os dados quantitativos já citados. Foram feitos recortes dos trechos do diário de campo, principalmente nas passagens que se referem aos pré-adolescentes e adolescentes, os quais trazem à tona novas questões e elucidam um pouco mais os dados encontrados da menor presença de meninas nessas faixas etárias.

8 Interação entre gêneros - meninos e meninas mais velhos

Os exemplos que seguem, retirados do Diário de Campo, demonstram alguns modos de uso dos locais por parte das meninas mais velhas e a interação entre os gêneros, principalmente entre pré-adolescentes e adolescentes. *Lagoa da Conceição, 01/11/2017, Associação dos Moradores do Canto da Lagoa (AMOCANTO) “As duas meninas que estavam sentadas nos bancos fora da quadra de futsal entraram e agora saíram de novo, devem ter uns 13 a 14 anos. Elas parecem estar procurando um lugar a que pertencer, será que se sentem incluídas? Ao mesmo tempo, jogam bola dentro da quadra de futsal 7 meninos, com uma idade de 13 a 16 anos...agora acaba de chegar uma menina que entrou na quadra para interagir com os meninos. Do lado de fora ela disse: - Passa a bola caralho! Os meninos todos conheciam ela e disseram: - chegou a*

zagueira! Ela cumprimentou alguns deles com a mão (como os meninos faziam entre si). Eles convidaram ela para jogar e ela ainda não se incluiu. Ela: - Quanto que ta? Um deles: - 2 a 1! A menina está ao lado da goleira e menino que é o goleiro está conversando com ela, quase ao mesmo tempo ele defende um chute e grita: - Goleeeiro caralho! Hoo Caroline, quer entrar no meu lugar? “ Ela acaba de entrar no gol. Um dos meninos diz:- zagueirona mais do que goleirona!

No caso descrito acima temos duas situações, uma em que duas meninas adolescentes ocupam o local e procuram o que fazer, e acabam por escolher ficar sentadas nos bancos conversando. Embora elas se desloquem pelo espaço, retornam ao mesmo lugar e não se incluem no jogo dos meninos e nem propõe seu próprio jogo. No outro caso temos a inclusão de uma menina no grupo dos meninos, o que ocorre por ela já conhecer os mesmos, ser habilidosa e dialogar com a linguagem deles. Algo semelhante se repete no seguinte trecho: “*Barra da Lagoa, 23/10/17, parquinho ao lado do canal. 7 meninos e uma menina, com idade entre 12 e 15...outro ponto que chama a atenção é a presença de apenas uma menina, que se utiliza das mesmas linguagens, tanto corporais quanto verbais para se incorporar ao grupo de meninos. A pergunta que surge a partir desses relatos é: A presença das meninas em Espaços Públicos Livres para prática de alguma atividade física, depende da mediação*

feita por meninos e da “aceitação” de uma ou mais delas no grupo de meninos? As meninas não têm o direito de fazer atividade física acompanhadas por outras meninas, ou sozinhas?

9 Saída da escola – deslocamento de “escape”

Em alguns recortes dos diários de campo observou-se que o deslocamento da saída de escola até em casa por parte das meninas adolescentes podem ser pequenas possibilidades de “escape”, de interação com amigos e com a cidade, de fuga da mediação e do controle dos adultos e das instituições. Os recortes a seguir dialogam com essa questão: *“As duas meninas mais velhas estão conversando. Percebo que a saída do colégio é um momento crítico de interação, no qual as crianças estão liberadas da escola e podem continuar interagindo com os amigos em um outro ambiente. Santo Antônio de Lisboa, 01/12/17, Praça Getúlio Vargas. Caso similar ocorreu em outro local “...a saída da escola ainda é uma alternativa de encontro. Além disso, se o jovem tem um lugar para ir, que seja perto das escolas, ele acaba indo, seja numa praça pequena perto ou um local para jogar bola. Centro, 03/04/18, Parque da Luz”*

Embora em alguns casos, as meninas ainda estejam acompanhadas por meninos, os recortes acima demonstram que

há um pouco mais de autonomia por parte das adolescentes em seu deslocamento entre a escola e a sua casa, ou seja, o dever de ir à Escola pode ser um alibi, - pois os responsáveis sabem onde ela está - e neste intervalo a menina pode “tomar um ar”, para depois ser novamente submersa na institucionalidade. O fato da presença das meninas nestes intervalos ter sido notada, fala também de uma “surpresa”, pois o olhar havia se acostumado com a sua ausência, observar suas presenças nestes deslocamentos tornou-se algo que “saltou aos olhos”. Ao mesmo tempo isso traz embutida outra informação. Estas jovens “em deslocamento” estão obviamente incluídas nos dados quantitativos, ou seja, há uma pequena proporção de meninas que estava presente nos espaços públicos de lazer no momento da observação, mas não estavam lá como primeira opção, ou seja, não saíram de suas casas para ocupar estes espaços, mas estavam nestes locais como consequência de terem ido à Escola.

10 Maior presença (agrupamento) de meninos

No presente capítulo são utilizados trechos dos diários de campo trazem à tona reflexões sobre a maior presença de meninos da faixa etária de 12 a 18 anos no momento das observações, quando comparado com presença de meninas.

“Trindade, 13/03/18, Pista de Skate: No momento estão andando de skate 4 meninos, todos brancos, parecem se conhecer, devem ter em média uns 16 anos. O espaço, pela sua estrutura parece atentar mais aos adolescentes e jovens mais velhos, as crianças menores não parecem circular muito aqui, há um parquinho ao lado, mas está em condições precárias (desgaste da pintura, pichações, grama alta, madeiras quebradas). A quadra de basquete que havia ao lado também se transformou em pista de skate, ou seja, houve a subversão da estrutura do espaço. Surge a mesma questão, todos os que aqui estão são meninos jovens mais velhos, nenhuma menina ou mulher”. No recorte acima temos um exemplo de um agrupamento de meninos na prática do skate, entretanto, quando se trata de jogos coletivos, a presença em maior quantidade dos meninos se dá principalmente na prática do futebol, tal fato se exemplifica a seguir: “Há uma quadra de futsal no local, estão jogando no momento 4 meninos jovens de uns 14 a 17 anos e outro que parece já ser maior de idade, de uns 19 anos. Nenhuma menina acima de 10 anos está presente no local. Itacorubi, 23/11/17, Praça.” A prática do futebol por parte dos meninos se dá em locais de estruturas com quadras fechadas, ou também em goleiras instaladas em terrenos baldios: “Campeche, 05/05/18. Ao lado da Avenida Pequeno Príncipe, num grande terreno baldio que pertence a aeronáutica, foram instaladas

goleiras de futebol. No momento que eu cheguei havia 7 meninos pequenos jogando futebol, todos com idade abaixo de 10 anos, a maioria negros. Entretanto, logo chegaram os jovens mais velhos de uns 16 anos em média...agora são 10 jovens, 8 deles parecem ter em média uns 16 anos, alguns mais, chegando até uns 21 anos, mas 2 deles parecem ter uns 10 anos no máximo, ou seja, devem ser os mais habilidosos que foram aceitos no time dos maiores. NENHUMA MENINA!”. O jogo de futebol foi visualizado em quadras fechadas de equipamentos e locais construídos especificamente com esse fim, em goleiras instaladas em terrenos baldios, em canchas com rede de beach tennis transformadas em canchas de futevôlei: “Beira Mar Norte, 14/05/18, Cancha de Beach Tennis. Estão presentes também dois meninos jovens de uns 17 anos, negros, estão ajustando do tamanho da quadra e creio que esperam seus amigos enquanto trocam passes de futevôlei?” ou até mesmo em espaços sem nenhuma estrutura específica. “Armação, 29/05/18. Na frente da Igreja, ao lado da beira do mar da praia da Armação há um espaço de asfalto onde o ônibus municipal entra no bairro e faz a manobra para retornar. Neste local, que é do tamanho de uma quadra de futsal, estavam 5 meninos, com idades entre 13 e 17 anos, jogando bola, trocando passes com uma bola de futebol, ou seja, todo espaço é espaço de jogar

futebol, de subverter, não é a primeira vez que vejo isso ocorrer. Mais uma vez nenhuma menina está presente”.

A maior quantidade de presença de meninos não se deu de forma dispersa na maioria dos locais, visto que a maioria dos equipamentos visualizados eram parquinhos, os quais são menos utilizados por essa faixa etária, mas de forma mais pontual, numa mesma atividade, principalmente na prática do futebol, que exige mais participantes. A presença de meninos jovens adolescentes se dá pela mediação, em diferentes casos, do futebol, mesmo na falta de uma estrutura ideal para a prática do mesmo, o que não parece ser um impeditivo já que diferentes locais são subvertidos e transformados em campos de futebol. Entretanto, por quais motivos o mesmo não ocorre com as meninas?

Ao observar com mais atenção aos registros dos diários de campo, foram contabilizadas ao todo, apenas 13 meninas de 12 a 18 anos nos locais. Além disso, se considerarmos a descrição do tipo de atividade que elas faziam, e se faziam acompanhadas a meninos ou adultos, observou-se: 3 ao todo jogavam vôlei (junto a meninos de mesma idade), 2 jogavam futebol (junto a meninos mais novos), 1 jogava futsal (junto a meninos da mesma idade), 1 brincava (junto a meninos da mesma idade). Ou seja, em todas as práticas de atividade física e/ou esporte, as meninas (7) estavam acompanhadas por

meninos, e como já descrito acima, eram aquelas que por algum motivo conseguiram se incluir no grupo dos mesmos. No que diz respeito às outras 6 meninas suas atividades eram: 3 ócio/celular/conversar, 2 esperavam ônibus na saída da escola, 1 caminhava depois da escola. Sendo assim, para além de ser baixa a presença das meninas de 12 a 18 anos, as poucas que conseguem fazer atividade física e/ou esporte estão mediadas por meninos. Não podemos considerar a interação entre gêneros como algo essencialmente negativo, entretanto são raras as meninas que conseguem ocupar este espaço junto aos meninos. Para tentar compreender melhor esses fenômenos é preciso considerar alguns aspectos. Um deles é a associações existente entre a prática esportiva e o controle do corpo.

Do ponto de vista histórico, entre as mulheres, as práticas esportivas surgiram no final do século XIX na Europa, principalmente as caminhadas, a prática de bicicleta e do tênis (MESSNER, 1995 apud SALLES-COSTA *et al.*, 2003). Este comportamento era visto como uma novidade imoral, uma degenerescência e até mesmo pecado. A ideia de um determinismo biológico, - baseava-se nas diferenças biológicas entre homens e mulheres – era o que dava suporte aos profissionais da área médica para justificar as desigualdades das práticas de exercícios físicos, o que revela que ela não era neutra, mas revestida de valores e significados diferentes entre gêneros.

Entretanto, para o homem, a prática de exercícios físicos era uma importante fonte de experiência da validação da masculinidade (MESSNER, 1995 apud SALLES-COSTA *et al.*, 2003).

No início do século XX, com o pós-guerra, as mudanças sociais, econômicas e familiares e a ampliação gradual das mulheres como mão-de-obra no trabalho, minaram ainda mais o papel do “homem de família” como provedor, papel que balizava a identidade masculina. Tal fato acarretou uma “insegurança defensiva”, dos fundamentos tradicionais da identidade e dos privilégios dos homens. Neste contexto, o esporte teve papel importante como expressão cultural dos valores masculinos tradicionais em níveis simbólicos e existenciais e se transformou num aliado de demonstração e afirmação do poder e da superioridade masculina no combate à “feminização” da sociedade. Nesta lógica, incluso os homens que por uma ou outra razão não praticavam esportes eram considerados “desviantes”, “afeminados” ou “homossexuais”. O mesmo era feita às mulheres desportistas, mas desta vez eram qualificadas como “masculinas” ou “lésbicas” (DUNNING E MAGUIRE, 1997).

Outras possíveis argumentações das causas dessas diferenças podem ser encontradas na pesquisa de RIBEIRO (2006), que lança seu olhar para uma determinada comunidade carente na Bahia. Para a autora, as meninas aprendem e

reproduzem entre si que menina não anda, nem brinca com menino nesta comunidade, visto que o “modo de ser” do menino e da menina são distintos e incompatíveis na convivência cotidiana. Por outro lado, os homens teriam horror de ser vistos como aqueles que são dominados pelas mulheres. O que significa “ser dominado”? Na pesquisa a autora considera que isso significa, dentre outras coisas, gostar de ficar em casa – exigência normalmente feita às mulheres, e quando presente em espaços públicos estar sempre acompanhado pela esposa ou namorada - principalmente nos momentos de lazer - tal fato colocaria em xeque o poder e até sua virilidade caso sejam identificados como homens comandados por mulheres (RIBEIRO, 2006). Ainda de acordo com a autora, as meninas sempre auxiliam no trabalho doméstico, estando a mãe presente ou não em casa. Este trabalho é visto como “coisa de menina”. Já os meninos eram responsáveis por executar algumas outras poucas tarefas vistas como próprias para garotos, como levar e trazer recados entre parentes e vizinhos, ir ao mercado fazer pequenas compras e acompanhar os pais em atividades externas à casa. Essas diferenças refletem no tempo para o lazer e nas formas de controle sobre o corpo, a sexualidade e o comportamento das meninas. Tendo em vista essa maior exterioridade frente ao domínio da casa, os meninos têm acesso a um tempo de lazer que acontece sem supervisão de adultos,

que exercem, portanto, um controle menos direto sobre estes meninos (RIBEIRO, 2006).

No que diz respeito às transformações corporais das meninas adolescentes devido à puberdade, nesta fase o corpo físico assume uma importância significativa na vida das mesmas, visto que uma vez iniciadas as transformações corporais, este processo deve ser vivenciado sem que elas possam interferir, e isso pode gerar desconfortos e ansiedades (ROEHRS; MAFTUM; ZAGONEL, 2010). As alterações no corpo e a percepção de si mesmas somadas a uma sensibilidade aguçada acerca da imagem corporal podem levar a sentimentos de vergonha e reclusão, tendo como consequência uma possível diminuição da participação em práticas de atividade física.

11 Discussão

É preciso considerar que as diferenças e desigualdades de gênero não são as únicas que configuram no cotidiano das crianças. Entretanto são uma parte importante deste cotidiano e é uma das desigualdades que mais “facilmente” foi possível observar no campo de pesquisa, no que tange o acesso aos locais públicos da cidade. Uma identificação e discussão destas diferenças se faz necessária.

De acordo com PEREIRA (2012), em sua pesquisa feita em uma instituição escolar de Portugal, há um tipo de regulação dos acessos aos mais variados recursos nas interações cotidianas de meninos e meninas. Essa regulação a autora vai chamar de “negociação das diferenças”, em outras palavras, seria a exclusão de um/a (ou mais) colega/s de um certo espaço ou atividade, num embate pelo acesso, tanto de materiais quanto de espaços escolares. Acesso e controle do espaço do recreio já foram tema de pesquisa por diversas/os autoras/es (LLOYD E DUVEEN 1992; EPSTEIN *et al.* 2001; GRIFFITHS 1995; JENKINS 1998; SILVA E ARAÚJO 2007; SWAIN 2000; THORNE 1993 apud PEREIRA, 2012).

Tais disputas definiriam “geografias de gênero”, ou seja, certos espaços seriam definidos como “masculinos” ou “femininos”, tal divisão estabeleceria relações de poder e desigualdades entre meninos e meninas (e também entre jovens do mesmo sexo), (PEREIRA, 2012). Dessa forma, a diferente apropriação dos espaços seria responsável por criar “cartografias genderizadas” onde as crianças marcariam “fronteiras que diferenciam e hierarquizam os vários espaços da com base em significados de gênero legitimando algumas desigualdades” (FERREIRA, 2004 apud PEREIRA, 2012, p.113).

Por qual motivo então, na presente pesquisa, os espaços públicos da cidade, ao que tudo indica também criam estas

fronteiras e diferenças de acesso com base em significados de gênero? As meninas não se interessam por esportes? Em quais locais elas praticam esportes? Quais zonas periféricas elas estão ou subversões de espaços elas estão fazendo? Onde seria um local “adequado” para meninas e mulheres jovens praticarem esportes?

Parece que estes locais de livre acesso e públicos são espaços privilegiados para meninos e/ou rapazes mais velhos, e talvez habilidosos, pois onde estão os meninos que não “jogam bem” futebol ou qualquer outro esporte? As meninas são sistematicamente excluídas dos espaços privilegiados para práticas de Esporte. Parece existir um tipo de socialização que encoraja os rapazes a dominar os espaços e praticar esportes e inibe o desenvolvimento desses traços nas meninas, o que produz uma diferença entre as/os jovens dos dois sexos (PEREIRA, 2012). Estas fronteiras são mantidas sem contestação ou transgressão? A ausência das meninas nos espaços públicos de lazer pode influenciar na constituição de suas subjetividades?

Cada indivíduo e grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade. As crianças criam suas cartografias cotidianas, sofrem estímulos sensitivos, cognitivos, afetivos, os quais metamorfoseiam suas subjetividades, (GUATTARI, 1992 *apud* PERUZZO, 2000) e estão em

constante busca, exploração de meios, em movimento e a experimentar novos jeitos e formas de relações. Na infância a amizade é central, já na adolescência este Universo se expande, possibilitando descoberta de outras possibilidades amorosas, de experimentações, aventuras, curiosidades e metamorfoses. De modo processual este devir-criança vai se compondo e cada vez mais se aproximando da visão de um sujeito consciente, responsável e mestre de si. As relações grupais, incluso nos Espaços Públicos de Lazer, facilitam o trânsito daquilo que se encontra bloqueado, criando maneiras, hábitos e liberdades de expressão, provocando tensionamentos, movimentos, deslocamentos e modificações de valores (PERUZZO, 2000).

Entretanto, outros dispositivos de “produção” e de “modelação” da subjetividade agem sobre as crianças e adolescentes (PERUZZO, 2000). Os arranjos urbanos hodiernos, caracterizados por uma “nova segregação urbana” com a privatização dos espaços urbanos, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho das classes média e alta (CALDEIRA, 1997 *apud* FERREIRA NETO, 2004), onde as mesmas passam a identificar o espaço urbano como perigoso, produzem um processo de subjetivação coletivo reforça a desigualdade, distanciamento e isolamento (FERREIRA NETO, 2004). Se somarmos isso às opressões de gênero, tal desigualdade pode ser observada por meio da invisibilidade e

baixa presença das meninas nesses locais na presente pesquisa, o que pode influenciar em seu processo de subjetivação.

Estes são apenas alguns dos possíveis aspectos para tais diferenciações de gênero no acesso aos espaços públicos de lazer, outros muitos fatores podem contribuir para este quadro, incluso a ideia da cidade e dos espaços públicos como lugares violentos, associada à ideia da vulnerabilidade feminina frente as diversas dimensões de violências da sociedade e dos espaços públicos.

Além disso, para além do gênero, outros fatores como a simultaneidade e o efeito das interações de raça, classe social, orientação sexual, etc. devem ser considerados. No que diz respeito mais especificamente às crianças e adolescentes, os mesmos sofrem incluso com a intersecção da estrutura de ordenamento relacionada à geração. O dualismo masculino/feminino tem um peso muito significativo nas matrizes de pensamento dominantes nas sociedades ocidentais contemporâneas, porém não podem ser pensados sempre como diferentes e opostos, tampouco pensados isoladamente.

Se nos debruçarmos mais uma vez nos registros dos diários de campo, considerando a interseccionalidade entre gênero e raça por exemplo, encontramos, na presente pesquisa, a presença de apenas cinco meninas negras, ou seja, isso pode nos levar a crer que esta interseccionalidade amplia ainda mais

a invisibilidade e segregação das mesmas. Entretanto, seria necessária uma análise mais apurada e minuciosa em futuras pesquisas, as quais se debruçassem mais especificamente nessa temática com o intuito compreender melhor estes outros aspectos, para tal seria necessário observar por mais tempo em uma determinada Comunidade ou Bairro.

O presente trabalho teve por objetivo lançar um olhar mais geral sobre a Cidade, e em função da dificuldade de acessar as comunidades de baixa renda e do recorte metodológico voltado aos locais de mais fácil acesso ao pesquisador (a maioria dos bairros estudados eram de Classe Média/Classe Média alta), uma parcela importante no que tange uma diferença na presença das crianças e do número de equipamentos em classes mais baixas foi deixado de lado. Entretanto, a diferença na presença e na qualidade da utilização dos espaços públicos de lazer com relação ao gênero, visto o menor número de meninas nestes locais é um dado importante encontrado.

Os achados de presente pesquisa levam a considerar que a hostilidade do espaço urbano leva a um uso restringido da cidade por parte das crianças (CASTRO, 2004 *apud* MÜLLER; NUNES, 2014), principalmente das meninas, visto que as cidades foram planejadas por adultos, para que, a princípio, suas necessidades fossem supridas, sendo assim, estes possuem uma circulação mais livre e autônoma (MÜLLER; NUNES, 2014).

As crianças e jovens parecem estar num constante embate, num jogo de forças, para obter lugar enquanto sujeito coletivo na cidade.

A vida na cidade proporciona distintas experiências de apropriação do espaço, numa busca de independência e autonomia, suscitando aprendizagens individuais e compartilhadas na experiência urbana (CASTRO, 2004 *apud* MÜLLER; NUNES, 2014). As crianças e jovens subvertem os espaços, fazem movimentos de resistência, criam estratégias, rotas de fuga, e encontram modos, mesmo que às vezes tímidos e invisíveis de ocupar a cidade e seus espaços públicos. “A verdade última é que crianças brincam em qualquer e todo o lugar” (MÜLLER; NUNES, 2014). Embora estes movimentos de resistência existam, o presente trabalho buscou discutir com mais atenção o fato de que as meninas estão sofrendo ainda mais com a privação da ocupação dos espaços públicos livres. A intersecção do gênero (feminino) e geracional (crianças e adolescentes), parece ter bastante peso na perda desse direito. Tendo isso em vista, é preciso pensar em estratégias de políticas públicas que considerem essa particularidade.

Ao traçar este paralelo entre os estudos feministas e os estudos sobre as crianças, não estamos considerando ambos como idênticos, ambos diferem, e há um ponto de notável diferença. Os estudos das crianças não emergem de uma

realização desejada por aqueles que pretendem falar pois as crianças não estão igualmente posicionadas com os adultos em relação a produção de saber, por mais que o pesquisador tente rearranjar este desequilíbrio (ALANEN, 2001).

No contexto brasileiro percebemos um recrudescimento de grupos conservadores, principalmente aqueles ligados a instituições religiosas, e a movimentos como o “Escola Sem Partido”, que se posicionam contra a chamada “ideologia de gênero”. Os mesmos defendem que há uma suposta “doutrinação de gênero” por parte dos teóricos de gênero, o que colocaria as crianças em risco. Este fenômeno é parte de uma onda reacionária internacional contra os avanços dos estudos de gênero, das conquistas dos direitos das mulheres e da população LGBT. Entretanto, o real risco para as crianças, e no presente caso para as meninas, é de não permitir que se reivindique a igualdade de gênero (BONFANTI; GOMES, 2018).

12 Conclusão

O desenvolvimento do presente estudo aponta algumas características importantes observadas na cidade e nos Espaços Públicos Livres em que ocorreram as aproximações. No que diz respeito aos equipamentos, observou-se uma maior prevalência de parquinhos, que corresponderam a quase 50% (46,9%) do

total de equipamentos observados, além de uma maior quantidade de equipamentos nos bairros centrais da cidade em detrimento dos bairros periféricos. Estes dados podem indicar que há um menor investimento em equipamentos para crianças maiores e adolescentes e/ou moradores de bairros periféricos, entretanto, mais pesquisas são necessárias para uma maior compreensão das causas dessa desigualdade.

Além disso, observou-se uma diferença tanto na presença, quanto na qualidade da utilização dos espaços públicos de lazer com relação ao gênero, visto o menor número de meninas observadas nestes locais (30%), contra 70% de meninos. Tais dados podem indicar uma possível desigualdade do uso da cidade por parte das meninas, principalmente das pré-adolescentes e adolescentes (que não chegam a 12% do total geral). Atributos como gênero (feminino) e geracional (crianças e adolescentes), e a interseccionalidade de ambos, devem ser considerados na construção de futuras pesquisas que tenham como foco o direito à cidade e ao lazer por parte das crianças.

O presente estudo não conclui em definitivo quais as causas dessas desigualdades, mas aponta para algumas características encontradas, e buscou discutir, por meio da literatura, os possíveis fatores que podem influenciar o acesso aos Espaços Públicos Livres de Lazer por parte das meninas e seu direito pleno à cidade.

A dificuldade de acessar os Espaços Públicos Livres de Lazer pelas meninas e crianças deve ser combatida por meio de políticas de ocupação do espaço público, que considerem os desejos e particularidades das mesmas. A partir do que foi discutido, outros caminhos podem levar a um aprofundamento maior do tema em posteriores pesquisas como: observar por mais tempo uma determinada Comunidade ou Bairro especificamente, considerando, para além do gênero, a interseccionalidade de aspectos como classe social e raça por exemplo; buscar outros métodos que possibilitem às crianças e/ou adolescentes serem atores e parceiros da pesquisa, buscando um relato a partir do ponto de vista dos mesmos.

Referências

ALANEN, L. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In L. R. Castro (Org.), *Crianças e jovens na construção da cultura* (pp. 69-92). Rio de Janeiro: Nau. 2001

ANDRADE, LBP. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193p.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em

saúde. *Revista Brasileira Pesquisa Saúde*, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Lisboa: Quetzal, 2009.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari, K. Investigação qualitativa em educação. Tradução Maria J. Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto, Portugal: *Porto Editora*, LDA, 1994.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 9, p.105-121, out. 2018.

BRASIL. CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL. Brasília: Editora Ms, v. 1, 2005.

CARNEIRO, A. R. S; MESQUITA, L. B *O Papel Dos Espaços Livres No Resgate Da Qualidade Ambiental do Recife*. [200-?].

CINTRA, Amanda Mendes Silva et al. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.45-53, 29 abr. 2017. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DUNNING, E. & MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. *Estudos Feministas*, 2:321-348, 1997.

FARIASI, Rhaisa Naiade Pael; MÜLLERI, Fernanda. A Cidade como Espaço da Infância. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p.261-282, mar. 2017.

FERIGATO, S.H.; CARVALHO, S.R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.15, n.38, p.663-75, jul./set. 2011.

FERREIRA NETO, J. L. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, Niterói, v. 16, n. 1, p. 111-120, jan./jun. 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUSARI, Andrea. AS CRIANÇAS E OS DIREITOS DE CIDADANIA: A CIDADE COMO COMUNIDADE EDUCADORA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 78, n. 23, p.257-264, abr. 2002.

GILBERTO, Irene Jeanete Lemos. A pesquisa qualitativa com a utilização de imagens. *International Studies On Law And Education*, Porto, v. 21, p.51-58, dez. 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002. 195 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2000. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>
. Acesso em: 18 Ago. 2018.

KONSTANTONI, Kristina; EMEJULU, Akwugo. Quando a interseccionalidade encontra os estudos da infância: os dilemas

de um conceito itinerante. *Children's Geographies*, [s.l.], v. 15, n. 1, p.6-22, 7 nov. 2016. Informa UK Limited.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini;
NASCIMENTO, Maria Livia do. Infância e Cidade: inventar espaços e modos de viver. *Fractal: Revista de Psicologia*, [s.l.], v. 28, n. 2, p.257-265, ago. 2016.
FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1509>.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. *Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social*, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130.

MATTOS, Amana Rocha; CASTRO, Lucia Rabello de. Jovens e a liberdade: reflexões sobre autonomia, responsabilidade e independência. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p.65-73, jan. 2016.

MEDINA FILHO, Antonio Luiz de. Importância das Imagens na Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p.263-271, 2013.

MEIRA, A. M. As Crianças na Cidade e o Acompanhamento Terapêutico. *Psicologia & Sociedade*, 25(n. spe.2),41-45. 2013.

MOPU. Instituto de Território y Urbanismo. *Espacios Públicos Urbanos. Trazado, Urbanización, Mantenimiento*. Madrid, 1991.

MÜLLER, Fernanda; NUNES, Brasilmar Ferreira. INFÂNCIA E CIDADE: UM CAMPO DE ESTUDO EM DESENVOLVIMENTO. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 128, p.659-674, jul. 2014.

MÜLLER, Verônica Regina; ARRUDA, Fabiana Moura. Crianças e suas Opiniões: Lazer e Esportes em uma Cidade Brasileira. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 1, n. 10, p.513-525, 2012.

PASSOS, E.; BENEVITES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.D. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.D. (Orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PAULON, Simoni Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa - Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, p.85-102, 2010.

PEREIRA, Maria do Mar. Jogos com Fronteiras: a construção de diferenças e desigualdades entre rapazes e raparigas. In: PEREIRA, Maria do Mar. *Fazendo gênero no recreio: a negociação do gênero em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. Cap. 6. p. 91-119.

PÉREZ, Beatriz Corsino et al. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM CRIANÇAS NO RIO DE JANEIRO. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p.181-191, 2008.

PERUZZO, Rosária Sperotto. Novos Modos de Subjetivação na Infância: multiplicidades de percursos, de trajetos e devires? *Anais da 23ª Reunião Anual da ANPED*, 2000.

PNUD. (2016). *Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras*. Brasília: IPEA: FJP, 55p.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, Gênero e suas Relações de Poder. *Revista Húmus*, São Luís, v. 1, n. 1, p.55-65, abr. 2011.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina:** Permanências e Transformações. Florianópolis: Ufsc, 2012.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *Cadernos Pagu*, [s.l.], n. 26, p.145-168, jun. 2006. FapUNIFESP (SciELO).

ROEHRS, Hellen; MAFTUM, Mariluci Alves; ZAGONEL, Ivete Palmira Sanson. Adolescência na percepção de professores do ensino fundamental. *Rev Esc Enferm*, São Paulo, v. 2, n. 44, p.421-428, 2010.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, maio/ago. 2009.

SALLES-COSTA, Rosana et al. Gênero e prática de atividade física de lazer. *Cadernos de Saúde Pública*, [s.l.], v. 19, n. 2, p.325-333, 2003. FapUNIFESP (SciELO).

SANTIAGO, Alina Gonçalves et al. Espaços livres e forma urbana: interpretando características e conflitos em Florianópolis (SC). **Paisagem e Ambientes: Ensaios**, São Paulo, v. 33, p.49-66, 2014.

SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TSCHOKE, Aline; RECHIA, Simone. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer problemática urbana na periferia. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p.263-280, abr. 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na discussão e conclusão do artigo apresentado anteriormente, focamos nas diferenças nos modos de apropriação dos Espaços Públicos Livres na cidade de Florianópolis/SC, principalmente no que diz respeito ao gênero. O presente trabalho se propôs à produção escrita de um artigo, focando mais atentamente em um dos aspectos observados, por considerarmos a amplitude do tema e a impossibilidade de responder todas diversas questões que naturalmente emergiram das aproximações com o campo. Entretanto, para futuras pesquisas e/ou artigos, outros achados que tangenciam o trabalho merecem aprofundamento:

A maior prevalência de parquinhos observados (quase metade), pode nos levar a crer que as políticas públicas investem mais em Equipamentos de Lazer voltados para as crianças menores, quase desconsiderando os pré-adolescentes e adolescentes - a que se deve essa desigualdade?

Além disso, seriam os parquinhos, em sua grande maioria com estruturas de brinquedos iguais (balanços, gangorras, escorregadores, casinhas, etc.), a melhor escolha para o desenvolvimento da criatividade e ludicidade das crianças? Quais outras possibilidades são possíveis? Como saber o que as crianças desejam?

Outro achado diz respeito a uma maior quantidade de equipamentos em bairros centrais da cidade, o que pode indicar um investimento menor em equipamentos para moradores de bairros periféricos. Quais motivos dessas desigualdades regionais e de que forma revertê-las?

A maior presença de meninos nos Espaços Públicos Livres se deu por mediação da prática do futebol - como se dá o acesso a esses espaços por parte dos meninos que não tem habilidade ou não gostam de futebol? Qual o “peso” da cultura do futebol na construção dessas “masculinidades”?

Outros caminhos podem levar a um aprofundamento maior dos temas em posteriores pesquisas, tal como observar apenas uma determinada Comunidade ou Bairro especificamente e buscar outros métodos que possibilitem às crianças e/ou adolescentes serem atores e parceiros da pesquisa, buscando um relato a partir do ponto de vista dos mesmos, possibilitando novas perguntas e descobertas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene dos Anjos; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira Pesquisa Saúde*, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

BRASIL. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial da União**. Brasília.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari, K. Investigação qualitativa em educação. Tradução Maria J. Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.

CARNEIRO, A. R. S; MESQUITA, L. B **O Papel Dos Espaços Livres No Resgate Da Qualidade Ambiental do Recife**. [200-?].

CHRISTENSEN, Pia Haudrup et al. MOBILIDADES COTIDIANAS DAS CRIANÇAS: COMBINANDO ETNOGRAFIA, GPS E TECNOLOGIAS DE TELEFONE MÓVEL EM PESQUISA. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 128, p.699-716, set. 2014.

CINTRA, Amanda Mendes Silva et al. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.45-53, 29 abr. 2017. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF.

COSTA, Maria de Fátima Tardin. Cidade-mercadoria, comunicação e consumo. **Contemporânea**, São Paulo, v. 8, n. 16, p.145-160, jan. 2010.

DEBORT, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, v.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DONIN NETO, Adriano. **AUTONOMIA DA CRIANÇ A E DO ADOLESCENTE: Farejando Dilemas, Inventando Poemas**. 2013. 26 f.

Monografia (Especialização) - Curso de Residência em Saúde Mental, Grupo Hospitalar Conceição, Porto Alegre, 2013.

FARIASI, Rhaisa Naiade Pael; MÜLLERI, Fernanda. A Cidade como Espaço da Infância. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p.261-282, mar. 2017.

FERIGATO, S.H.; CARVALHO, S.R. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.15, n.38, p.663-75, jul./set. 2011.

FUSARI, Andrea. AS CRIANÇAS E OS DIREITOS DE CIDADANIA: A CIDADE COMO COMUNIDADE EDUCADORA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 78, n. 23, p.257-264, abr. 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LANSKY, Samy; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; GOMES, Ana Maria Rabelo. CARTOGRAFIA DAS INFÂNCIAS EM REGIÃO DE FRONTEIRA EM BELO HORIZONTE. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 128, p.717-740, set. 2014.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; NASCIMENTO, Maria Livia do. Infância e Cidade: inventar espaços e modos de viver. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.257-265, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1509>

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. **Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social**, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130.

MANTA, Sofia Wolker. **Espaços Públicos e Estruturas para Atividade Física no Lazer em Florianópolis: distribuição, qualidade e associação com a renda socioeconômica dos setores censitários**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MOPU. Instituto de Território y Urbanismo. **Espacios Públicos Urbanos. Trazado, Urbanización, Mantenimiento.** Madrid, 1991.

MÜLLER, Fernanda; NUNES, Brasilmar Ferreira. INFÂNCIA E CIDADE: UM CAMPO DE ESTUDO EM DESENVOLVIMENTO. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 128, p.659-674, jul. 2014.

MÜLLER, Verônica Regina; ARRUDA, Fabiana Moura. Crianças e suas Opiniões: Lazer e Esportes em uma Cidade Brasileira. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 1, n. 10, p.513-525, 2012.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.D. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PAULON, Simoni Mainieri; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Pesquisa - Intervenção e Cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, p.85-102, 2010.

PÉREZ, Beatriz Corsino et al. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO COM CRIANÇAS NO RIO DE JANEIRO. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p.181-191, 2008.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, maio/ago. 2009.

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TSCHOKE, Aline; RECHIA, Simone. O LAZER DAS CRIANÇAS NO BAIRRO UBERABA EM CURITIBA: A DIALÉTICA ENTRE OS ESPAÇOS DE LAZER PROBLEMÁTICA URBANA NA PERIFERIA. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 2, p.263-280, abr. 2012.

ANEXO A

Normas do periódico (Revista Periódicus) a qual será submetido o manuscrito.

Os autores deverão estar inscritxs no site da revista para submeter textos.

Pede-se que os textos não contenham a identificação dxs autores.

Além disso, xs autorxs precisam atentar para as seguintes orientações:

- a) utilizar o processador de texto compatível com formato .RTF ou .DOC, (por exemplo, Microsoft Word versão 6.0 ou superior).

- b) folha tamanho A4.

- c) todas as margens em 2,5cm.

O texto deverá ser formatado com os seguintes itens:

- 01) título: fonte Times New Roman, corpo 12, negrito, alinhamento centralizado, espaço entre linhas 1. Primeira letra em maiúscula, títulos de livros em itálico.

- 02) 3 linhas em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 1.

- 03) resumo: fonte Times New Roman, corpo 10, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1. O termo "Resumo" vai em negrito, seguido de dois pontos.

- 04) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1,5.

- 05) palavras-chave: mesma configuração do resumo - o termo "Palavras-chave" vai em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula.

- 06) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1.

- 07) abstract: mesma configuração do resumo - o termo "Abstract" vai em negrito, seguido de dois pontos.

- 08) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1,5.

- 09) keywords: mesma configuração do resumo - o termo "Keywords" vai em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula.

- 10) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 2.

- 11) resumen: mesma configuração do resumo - o termo "Resumén" vai em negrito, seguido de dois pontos.
- 12) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1,5.
- 13) palabras clave: mesma configuração do resumo - o termo "Palabras clave" vai em negrito, seguido de dois pontos. Extensão de 3 a 5 palavras, separadas entre si por ponto e vírgula.
- 14) 1 linha em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 2.
- 15) epígrafe: recuo à esquerda de 6cm, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas 1, alinhamento justificado. Depois da epígrafe: 1 linha em branco, fonte times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 2.
- 16) corpo do trabalho: entrada de parágrafo = 1 toque de tabulação = 1,25cm. Texto em fonte Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1,5.
- 17) citação recuada: em caso de citação que ultrapasse 3 linhas, a mesma deverá ser inserida em parágrafo próprio, com recuo de 2 toques de tabulação (= 2,5cm), fonte Times New Roman, corpo 10, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1. Para separar o texto da citação do corpo do trabalho utilize 1 linha em branco antes e outra depois, no mesmo tamanho de fonte da citação. As citações com até 3 linhas devem ser marcadas com aspas duplas e inseridas no corpo do texto. Precisarão conter o nome do autor, o ano da obra e as páginas, apresentadas de acordo com os casos exemplificados abaixo.
- 18) se o trabalho possuir subdivisão interna, os títulos de cada parte serão grafados na mesma fonte e corpo do texto, destacados em negrito e posicionados à margem esquerda, precedidos pelo numeral arábico correspondente à subdivisão (com apenas um espaço de separação entre o numeral e o título da subdivisão - sem traços ou pontos).
- 19) se o artigo possuir notas explicativas, estas deverão ser inseridas, de preferência, utilizando o recurso "Inserir nota de rodapé" (no caso do Microsoft Word) ou recurso semelhante. As notas devem aparecer ao pé da página em que ocorre a inserção, em fonte Times New Roman, corpo 10, alinhamento justificado, espaço entre linhas 1, precedidas pelo numeral arábico que as identificam.
- 20) ao final do artigo, inserir duas linhas em branco, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 1,5.

- 21) referências: logo após estas duas linhas em branco deverão constar as Referências, em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço entre linhas 1. O termo "Referências" vai em negrito e não é acompanhado de dois pontos. Deixe uma linha em branco (corpo 12, espaço entre linhas 1) para separar cada item citado nas referências (confira os modelos de referência abaixo).

- 22) o texto deve ser salvo no formato .DOC ou .ODT

Pede-se que o destaque de palavra com emprego não convencional seja feito com aspas simples; deve-se empregar o uso de itálico para termos estrangeiros, neologismos e títulos de livros e periódicos.

Se houver ilustrações, a qualidade deve ser a necessária para uma boa reprodução. Deverão ser identificadas, com título ou legenda, e designadas, no texto, de forma abreviada, como figura (Fig. 1, Fig. 2, etc.). Em caso de ilustrações já publicadas, mencionar a fonte. As tabelas conterão título e, no texto, serão denominadas de forma abreviada (Tab.1, Tab.2, etc.). Os anexos serão colocados após as referências, apresentados em algarismos romanos.

Pedimos que não utilize colunas. Caso seja preciso formatar algum tipo de texto em mais de uma coluna, utilize o recurso "Inserir Tabela". Lembre-se de que é possível tornar invisíveis as linhas das tabelas.

Exemplos de citações e referências

As citações com até 3 linhas devem ser marcadas com aspas duplas e inseridas no corpo do texto. Precisarão conter o nome do autor, o ano da obra e as páginas, apresentadas de acordo com os casos exemplificados abaixo.

1) idéias do autor mencionadas ao longo do texto:

Ex: como diz BUTLER (2000, p.43).

1.1) caso o nome do autor apareça por completo:

Ex: segundo Judith Butler (2000)

2) referências após citação:

Ex: etcetcetcetc (CANDIDO, 2000, p.43);

3) caso de paráfrase

publicação. Número de folhas. Tipo de documento (Tese, Dissertação ou Monografia) (Grau Acadêmico, entre parênteses) — Vínculo Acadêmico/Instituição de Ensino, Local da Instituição, Ano da defesa ou da apresentação.

Ex: NEJAR, Fabrício Carpi. Teologia do traste: a poesia do excesso de Manoel de Barros. 2001. 117fs. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

Caso tenha sido utilizado outro tipo de suporte, que não o bibliográfico, seguir as observações abaixo:

1) CD-ROM: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome sem abreviatura. Título (em itálico). Local de publicação: Editora, Data. Indicar o volume de CD.

Ex: SPINELLI JUNIOR, Jayme. Conservação de acervos bibliográficos e documentais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [200-]. 1 CD-ROM

2) sites da Internet: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome sem abreviatura ou ENTIDADE. Data de criação ou atualização da página. Título (em itálico). Disponível em: < endereço eletrônico>. Acesso em dia, mês, ano.

Ex: PIRES, Paulo Roberto. [s.d]. Vida literária 2000. Disponível em:. Acesso em 28 jul 2005.

No corpo do texto, caso o autor deseje abreviar o título de um livro, de um conto etc., na sua primeira menção, deve escrevê-lo por extenso e, nas demais, denominá-lo pelo primeiro termo. Por exemplo: o livro *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo, poderá ser referido como *Autópsia*. Para destacar o título de poemas, contos e canções, solicita-se o uso de aspas duplas.